

Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim*

JOÃO LUÍS CARDOSO**

ALEXANDRA GRADIM***

RESUMO

Depois de se referirem os antecedentes que estiveram na origem do reconhecimento arqueológico do Algarve oficialmente encomendado a Estácio da Veiga, bem como o método por si utilizado, abordam-se os materiais obtidos da área correspondente ao concelho de Alcoutim, enquadrados pela documentação agora publicada, conservada no Arquivo Municipal de Alcoutim e no Arquivo de Estácio da Veiga do Museu Nacional de Arqueologia, e por diversos estudos que sobre os mesmos se fizeram.

Palavras-chave: História da Arqueologia Portuguesa – Estácio da Veiga – Alcoutim

ABSTRACT

After an appraisal of the reasons for Estácio da Veiga's archaeological research programme in the Algarve region of Portugal, and of his methods of study, the collections retrieved from the area of Alcoutim are reviewed against the background of collected data. These include a lot of manuscripts and letters kept in the Municipal Archive of Alcoutim and the Archive of Estácio da Veiga (Museu Nacional de Arqueologia), as well as several published studies on the archaeological assemblage.

Key-words: History of Portuguese Archaeology – Estácio da Veiga – Alcoutim (Algarve)

* Uma versão resumida deste estudo foi apresentada ao IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 2004).

** Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). E-mail: arqueolo@univ-ab.pt

*** Arqueóloga da Câmara Municipal de Alcoutim. E-mail: alexgradin@iol.pt

THE HISTORY OF THE CITY OF BOSTON

FROM THE FIRST SETTLEMENT
TO THE PRESENT TIME
BY
JOSEPH NEALE, ESQ.
OF THE BARR

LONDON:
Printed by J. JOHNSON, in Pall-mall.
1790.

THE HISTORY OF THE
CITY OF BOSTON
FROM THE FIRST SETTLEMENT
TO THE PRESENT TIME
BY
JOSEPH NEALE, ESQ.
OF THE BARR

1. INTRODUÇÃO

Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga nasceu em Tavira, a 6 de Maio de 1828 e faleceu em Lisboa, a 7 de Dezembro de 1891 (Fig. 1). Concluído o Liceu em Faro, matriculou-se na Escola Politécnica, para cursar Engenharia de Minas, curso que parece ter concluído, ingressando na Direcção-Geral das Postas e Correios do Reino, da qual se aposentou em 1865. No decurso dessas funções, permaneceu em Mafra por vários anos; ali deve ter-se definitivamente afirmado o gosto pela História Natural e pela Arqueologia: com efeito, dos estudos então empreendidos, resultaram duas obras, respectivamente as “Orchídeas de Portugal”, na qual assume papel destacado o conjunto mafrense, e as “Antiguidades de Mafra” (Veiga, 1879). É interessante notar que ambas saíram a lume muitos anos volvidos sobre os trabalhos de campo efectuados, uma e outra sob os auspícios da Academia Real das Ciências de Lisboa.

O interesse de Estácio de Veiga pelo estudo do património arqueológico ascende, de facto, à década de 1860: em 1866 publicou o opúsculo “Povos Balsenses” (Veiga, 1866), dedicado a seu tio, João Valentim Estácio da Veiga, no qual aborda as antiguidades romanas encontradas na quinta de Torre d’Ares, perto de Tavira, propriedade da Família. Este e outros estudos, de menor monta, que anteriormente já tinha dado à estampa (Pereira, 1981), justificaram a sua eleição para a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, em 13 de Novembro de 1873, da qual se viria a desvincular, em 1875, por divergências face à orientação da Instituição dirigida por Possidónio da Silva, não sem antes ter lido, a pedido deste, o elogio de Arcisse de Caumont, “Duas palavras em memória do Príncipe dos Arqueólogos”, publicado em 1875, já com

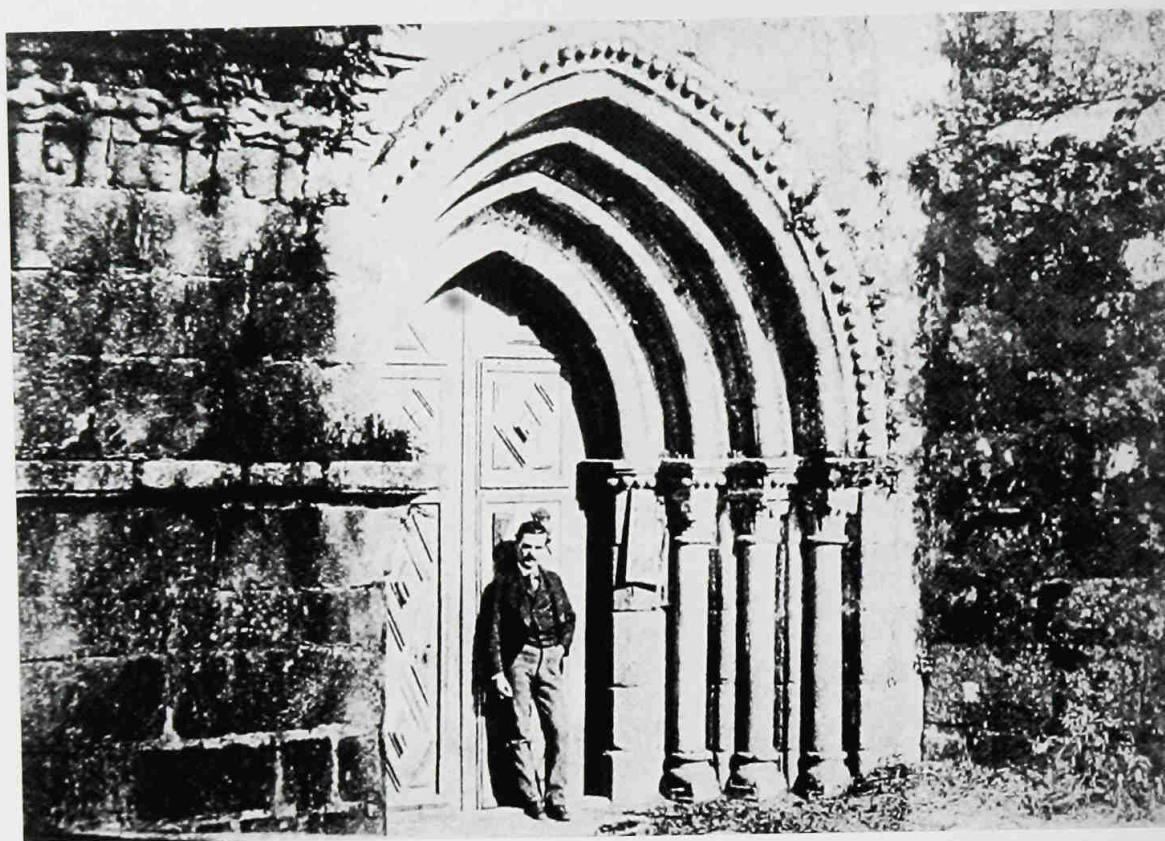


Fig. 1 – Fotografia de Estácio da Veiga à entrada da Sé de Faro, talvez com 30/35 anos, época em que começou a interessar-se pela arqueologia. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

Estácio da Veiga na qualidade de “antigo sócio” da Associação (Veiga, 1875). A saída de Estácio da instituição pode relacionar-se com a proposta apresentada no final desse ano para o seu ingresso na Academia Real das Ciências de Lisboa, como sócio correspondente, de que viria a tomar posse em Junho de 1876, ingressando na Segunda Classe (“Sciencias Moraes e Politicas, e Bellas Artes”). Os seus méritos como arqueólogo encontravam-se, pois, já cabalmente reconhecidos em 1877, quando foi oficialmente encarregado pelo Governo do reconhecimento das antiguidades da margem direita do Guadiana, em condições que serão caracterizadas de seguida.

2. RAZÕES DE UM PROJECTO

As chuvas torrenciais que caíram durante os meses de Novembro e Dezembro de 1876, deram origem a grandes cheias do Guadiana, as quais atingiram o seu máximo na noite de 7 de Dezembro de 1876, tanto em Mértola como em Alcoutim. Com efeito, em ambas as povoações ainda hoje se encontram assinalados os níveis então atingidos pelas águas.

Tais cheias puseram a descoberto, ao longo da margem direita do rio, importantes ruínas romanas cuja existência foi publicitada pela imprensa de Lisboa (Pereira,

1981). Conforme declara o próprio Estácio da Veiga, “No concelho de Mertola citava-se com recommendada particularidade o Barranco do Azeite, em que estavam patentes alguns restos de construções arrasadas, e a Cêrca de S. Sebastião, onde se reconhecia ter havido um campo mortuario de feição assás singular.

No concelho de Alcoutim indicava-se o Montinho das Lorangeiras, como séde de umas ruínas nunca vistas, e o sitio do Alamo, onde fôra achado o torso de uma estatua colossal varonil de marmore granular branco” (Veiga, 1880, p. 2).

As escavações conduzidas em ambos os locais por Estácio da Veiga, constituem as primeiras intervenções arqueológicas que, de forma metódica, em Portugal se efectuaram em *villae* romanas do território português; esta realidade convém ser, desde já, devidamente salientada, pois bastaria para situar o seu autor como pioneiro esclarecido da Arqueologia Romana em Portugal, distanciando-se do espírito de coleccionador/antiquário que, pela mesma época grassava entre os cultores da Antiguidade Clássica em Portugal. Sintoma dessa nova maneira de olhar para os restos, mais ou menos monumentais, que, a cada passo, se encontravam, foi o seu afastamento da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, cujo museu não cumpria os objectivos preconizados por Estácio da Veiga, conforme mostra a documentação actualmente em estudo por um de nós (J. L. C.).

Seja como for, as descobertas circunstancialmente proporcionadas pelas cheias aludidas, mereceram atenção por parte do Governo de então, que consultou a Academia Real de Belas Artes de Lisboa, através do Marquês de Souza Holstein. Este académico, no ano transacto, tinha redigido Relatório sobre o ensino das artes, a organização dos Museus e o serviço dos monumentos históricos e da Arqueologia, no qual expressa a opinião de que “A formação de um museu central em Lisboa, a conservação e desenvolvimento dos museus provinciaes, juntamente com uma boa organização do serviço das excavações contribuiria sem duvida muito para em Portugal levantar os estudos archeologicos do abatimento em que se acham, poisque, em que nos peze, é fóra de duvida que taes estudos inaugurados por André de Resende, tão notavelmente perseguidos por algumas academias do seculo passado, estão hoje completamente desprezados (...)” (Souza Holstein, 1875, p. 34, 35). A opinião de Souza Holstein sobre a importância de se procederem a escavações arqueológicas, sempre que justificadas, como era o caso, explica que a Academia tivesse indicado ao Governo, para as executar, o nome de Estácio da Veiga, não só por ser dado a trabalhos de campo, mas também por, já em 1874, ter em preparação o estudo “Várias antiguidades do Algarve”, contendo notícia dos testemunhos até então encontrados na Província, conforme dá conta em carta de 16 de Março de 1874 a Possidónio da Silva, trabalho “a todos os respeitos difficil de coordenar porque é rigorosamente original e novo no seu género”

(Pereira, 1981, p. 57). Tal trabalho manteve-se inédito, porque outro, sobre o mesmo assunto, mas de muito maior fôlego, iria ser encetado, a breve trecho, pelo arqueólogo algarvio.

É, pois, por via de uma recomendação da Academia das Belas-Artes, que Estácio da Veiga parte para Mértola, em 1877. É o próprio, em 1880, que relata as condições que estiveram na origem da sua incumbência oficial, por Portaria de 15 de Janeiro de 1877, sendo chefe do Governo Fontes Pereira de Melo e Ministro do Reino António Rodrigues Sampaio, omitindo, porém, o papel que em tal nomeação tivera a Academia das Belas-Artes; com efeito, confere importância decisiva às notícias da imprensa já mencionadas, declarando, a propósito, o seguinte. “Foi o sr. Conselheiro Antonio Maria de Amorim o primeiro interprete da opinião publica, como ao seu cargo competia, apresentando ao sabio ministro do reino o sr. Antonio Rodrigues Sampaio a proposta para o exame das antiguidades, que alguns jornaes repetidas vezes recommendaram, e o sr. Sampaio, ouvido o conselho de ministros, foi o signatario da portaria que me auctorizou a emprehender esse exame (Veiga, 1880, p. 3). De um simples e limitado reconhecimento dos vestígios arqueológicos relatados pela Imprensa da época, passou-se a um desígnio muito mais ambicioso e coerente: o levantamento arqueológico de todo o Algarve!

A intenção de Estácio da Veiga, em 1880, era clara: pretendia criar um museu arqueológico nacional em Lisboa, no âmbito da Academia Real das Belas-Artes, cujo núcleo seria constituído pelos espólios por si recolhidos no Algarve: “Havendo pois espaço, falta apenas que o governo queira expedir as suas ordens para que ao vice-inspector da academia real de bellas artes de Lisboa sejam enviados do Algarve todos os monumentos que deixei acondicionados e avulso no governo civil de Faro, nas administrações dos concelhos de Lagos, Tavira e Alcoutim, nas quintas de Marim e Torre d’Ares (se assim o permittirem os proprietarios), e n’outros dois sitios marginaes do rio Guadiana, e me auctorse a instituir com elles e com os que se podérem obter de outras regiões geographicas do reino a base fundamental do museu archeologico nacional” (Veiga, 1880, p. 8). Além deste desígnio, permanecia como prioridade imediata o levantamento da carta arqueológica do Algarve, cuja primeira aproximação se encontrava concluída em 1878, após o fim da comissão de serviço para a qual foi encarregue pelo Governo, vindo a conhecer ulteriormente significativos acrescentos, com a descoberta das notáveis necrópoles pré-históricas de Aljezur e de Alcalar, cujos resultados foram publicados pelo autor na obra que o imortalizou, em quatro volumes: as “Antiguidades Monumentaes do Algarve” (Veiga, 1886, 1887, 1889, 1891). Estácio da Veiga preparava um quinto volume, sobre as antiguidades romanas, quando faleceu. Os capítulos que deixou escritos, foram ulteriormente publicados nas páginas de “O Arqueólogo

Português”, por iniciativa de Leite de Vasconcelos (Veiga, 1904, 1905, 1910), bem como a Carta Arqueológica do Algarve – Tempos Históricos, deixada pronta por Estácio da Veiga, no seguimento da por si publicada no concernente aos Tempos Pré-Históricos (Veiga, 1886). Esta iniciativa explica-se por ter o Museu Ethnologico Portuguez, fundado por decreto governamental a 20 de Dezembro de 1893, albergado, em 1894, tanto os espólios como o arquivo pessoal e documental de Estácio da Veiga, comprados à Família, a que se juntou, em 1897, o espólio que constituía o embrião do sonhado Museu Archeologico do Algarve, oriundo da Academia Real de Bellas-Artes de Lisboa e para ali despachado por decisão do Governo, ouvida a anterior instituição depositária.

O alcance e mérito da Carta Arqueológica do Algarve, mal compreendida na época, mas ainda hoje sem paralelo como exemplo de estudo metódico e programado de uma vasta área geográfica, foi, aliás, já devidamente sublinhado (Gonçalves, 1979, 1980).

Os trabalhos de campo iniciaram-se a 2 de Março de 1877, com a inspecção de diversos locais ao longo do Guadiana, prosseguindo depois com sondagens arqueológicas dentro da vila de Mértola, concluindo-se com o exame das ruínas romanas da vargem de S. Braz; a 10 do mesmo mês, iniciou o reconhecimento do concelho de Alcoutim, objecto particular deste estudo.

3. ESTÁCIO DA VEIGA EM ALCOUTIM

No volume da correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alcoutim (Arquivo Municipal de Alcoutim), relativo ao ano de 1877, transcreve-se o teor do Ofício enviado a 6 de Março a Estácio da Veiga (**Documento n.º 1**) (Fig. 2):

“Ill.mo Sr.- Respondendo ao officio de V. Ex^a. com data de ontem tenho a dizer-lhe que pode V.Ex^a. no dia 10 vir na Carreira do Vapor, que encontrará nesse dia casa prompta para hospedar-se. D.os G.e a V. Ex^a. 6 de M.ço de 1877 – Ill.mo Snr São Philippes M.rs Estacio da Veiga – O Adm.or do Coc.lho Subsc. J. A. Torres”.

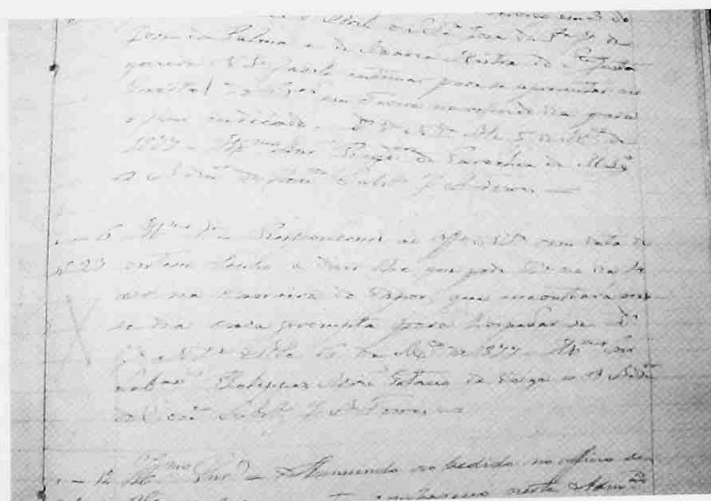


Fig. 2 – Documento n.º 1: transcrição do Arquivador de Correspondência da Câmara Municipal de Alcoutim de Ofício dirigido pelo Administrador do Concelho a Estácio da Veiga (6 de Março de 1877). Arquivo da Câmara Municipal de Alcoutim.

Como se conclui da sua leitura, esta missiva resultou de pedido enviado por Estácio da Veiga às entidades locais, para apoiarem os trabalhos de campo que iria desenvolver em Alcoutim. Foi também enviado, com o mesmo propósito, pedido de apoio ao Eng. Director das Obras Públicas do Distrito de Faro, cuja resposta é do seguinte teor (Documento n.º 2, em papel com selo branco da Direcção das Obras Públicas do Districto de Faro, Ofício N.º 78; arquivo do MNA) (Fig. 3):

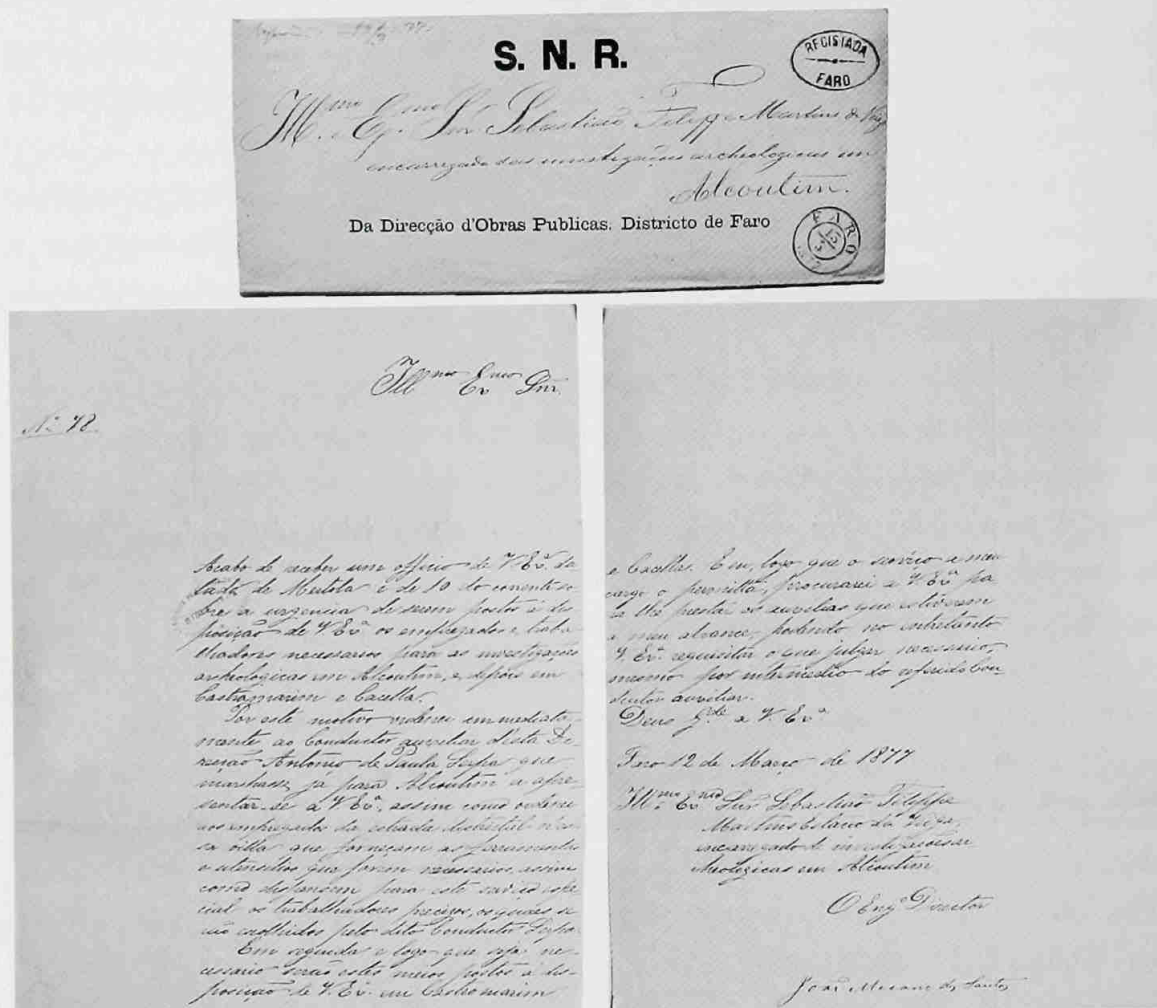


Fig. 3 – Documento n.º 2: Ofício da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Faro a Estácio da Veiga (12 de Março de 1877). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

“Ill.mo Ex.mo Snr.

Acabo de receber um officio de V. Ex^a. datado de Mertola e de 10 do corrente sobre a urgencia de serem postos à disposição de V. Ex^a. os empregados e trabalhadores necesarios para as investigações archeologicas em Alcoutim, e depois em Castromarim e Cacella.

Por este motivo ordenei immediatamente ao Conductor auxiliar d’esta Direcção Antonio de Paula Serpa que marchasse já para Alcoutim a apresentar-se a V. Ex^a., assim como ordenei aos empregados da estrada districtal n’essa villa que forneçam as

ferramentas e utensílios que forem necessários, assim como dispensem para este serviço especial os trabalhadores precisos, os quaes serão escolhidos pelo dito Conductor Serpa.

Em seguida e logo que seja necessario serão estes meios postos à disposição de V. Ex^a. em Castromarim e Cacella. E eu, logo que o serviço a meu cargo o permita, procurarei a V. Ex^a. para lhe prestar os auxílios que estiverem a meu alcance, podendo no entretanto V. Ex^a. requisitar o que julgar necessario, mesmo por intermedio do referido Conductor auxiliar.

Deus G.de a V. Ex^a.

Faro 12 de Março de 1877

O Eng^o. Director

João Macario dos Santos”

Esta resposta, escrita dois dias depois de Estácio da Veiga ter entrado no concelho de Alcoutim (no respectivo sobrescrito, pode ler-se “respondido – 16/3 – 77, portanto já em pleno reconhecimento de terreno naquele concelho algarvio), menciona Antonio de Paula Serpa, a quem Estácio da Veiga agradece o auxílio prestado em tantos trabalhos de campo entre Alcoutim e Albufeira, incluindo o levantamento topográfico de diversas estações, no prólogo do volume I das “Antiguidades Monumentaes do Algarve” (VEIGA, 1886, p. XIII).

Estácio da Veiga recorreu, além destes apoios oficiais, a informadores locais, a quem escrevera previamente; salienta-se a ajuda prestada pelos priores das freguesias rurais do concelho; é o caso do prior da Freguesia de Giões, a quem, a 22 de Março endereçou a seguinte missiva (**Documento n.º 3**; minuta no Arquivo do MNA) (Fig. 4):

“Ill.mo Ex.mo Snr.

Encarregado pelo governo de proceder ao exame das antiguidades do Algarve, e constando-me que no Serro das Reliquias, uma meia legoa, há vestígios de grande fortificação e de população antiga, vou rogar a V. S., a bem do serviço a meu cargo,

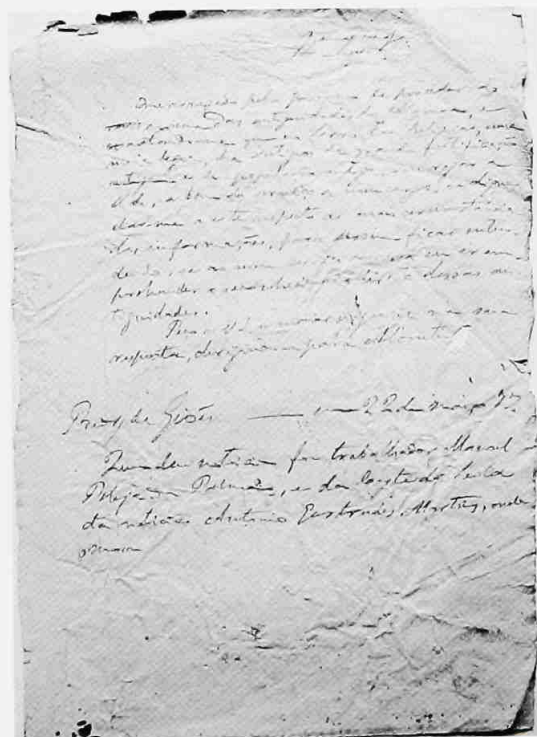


Fig. 4 – Documento n.º 3: minuta da carta de Estácio da Veiga ao prior da freguesia de Giões (22 de Março de 1877). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

se digne dar-me a este respeito as mais circunstanciadas informações, para assim ficar entendendo se ao meu serviço convirá eu ir emprender o reconhecimento directo dessas antiguidades.

Peço a V.S. a maior urgencia na sua resposta, dirigindo-a para Alcoutim.

Prior de Giões – em 22 de Março de 77.

Quem deu noticia foi trabalhador Manoel (...) da Palma, e da Corte da Seda deu noticia Antonio Gertrudes Martins, onde mora.”

A carta de Estácio da Veiga acima transcrita teve resposta, logo a 24 de Março, como o próprio refere (VEIGA, 1891, p. 135), na qual o pároco de Giões explica a origem do topónimo, noticiando ainda “grandes construções romanas” ainda ali existentes, mas que, ulteriormente, se verificou serem mais modernas. Com efeito, o Cerro ou Castelo das Relíquias foi objecto de escavações recentes, que denunciaram a existência de importante assentamento de época muçulmana (Catarino, 1997/1998). É, pois, a tal época que deverão ser reportados os muros das estruturas aludidas, e não à época romana.

Este documento é claro quanto à metodologia adoptada por Estácio da Veiga no reconhecimento arqueológico de Alcoutim. Depois da recolha de informações orais, por certo obtidas na própria vila, de onde saíria diariamente, rio abaixo, para o Montinho das Laranjeiras e o Álamo (neste caso é provável que o informador fosse um dos trabalhadores das escavações ali realizadas), seguia-se a correspondente confirmação, através de pessoas idóneas que pudessem, com menor incómodo, visitar os locais em causa: é o caso do Cerro das Relíquias, que de facto fica a cerca de “meia légua” (2,5 a 3 km) de distância da povoação de Giões.

Em pequena folha branca (Documento n.º 4, Arquivo do MNA) (Fig. 5), encontra-se indicação dos dias que Estácio da Veiga dispendeu nesta primeira jornada arqueológica por terras algarvias:

“Partida de Alcoutim no dia 28. 29, 30, 31, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 em Almada d’Ouro 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, d’Almada d’Ouro p.^a Castro Marim. Nos dias 16, 17, 18,

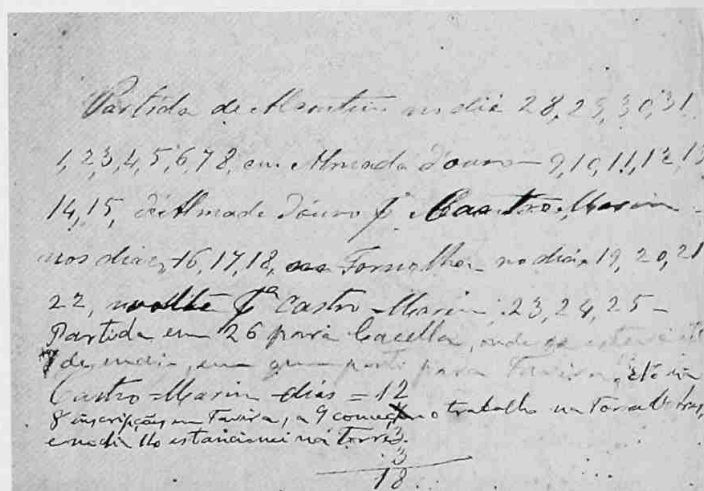


Fig. 5 – Documento n.º 4: apontamento de Estácio da Veiga relativo aos dias de trabalho efectuados entre Alcoutim e Tavira. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

na Fornalha, nos dias 19, 20, 21, 22, volta p^a. Castro Marim. 24, 24, 25 – Partida em 26 para Cacella, onde estive ate 7 de Maio, em que parti para Tavira. No dia 8 inscripções em Tavira, a 9 começou o trabalho na Torre d'Ares, e no dia 14 estacionei na Torre."

Da documentação transcrita, conclui-se que a presença de Estácio da Veiga no concelho de Alcoutim decorreu de 10 a 28 de Março de 1877.

4. RESULTADOS OBTIDOS

Entrando no Algarve a 10 de Março, menos de um mês volvido, a 3 de Abril de 1877, e já depois de reconhecido o concelho de Alcoutim, Estácio da Veiga achou conveniente informar o Director-Geral da Instrução Pública, perante quem respondia, do andamento dos trabalhos. O teor dessa missiva, correspondente ao Offício n.º 9 datado de 3 de Abril de 1877 (**Documento n.º 5**; minuta no arquivo do MNA) (Fig. 6) é o seguinte:

"N.º 9

Ill.mo Ex.mo. Sr.

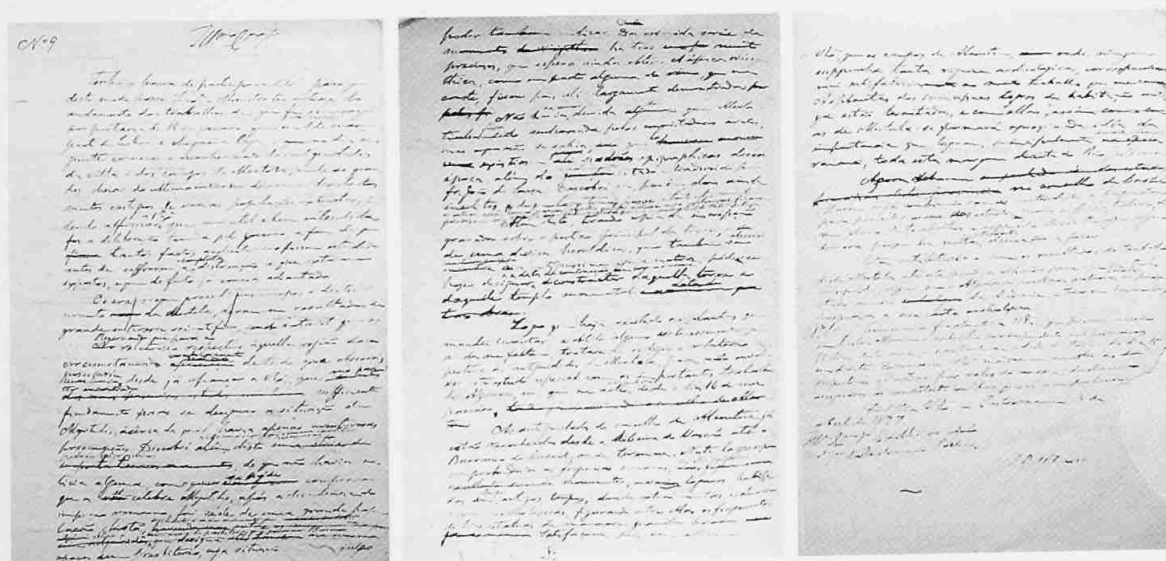


Fig. 6 – Documento n.º 5: minuta do Offício de Estácio da Veiga ao Director-Geral da Instrução Pública (3 de Abril de 1877). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

Tenho a honra de participar a V. Ex^a., para que deste modo possa S. Ex^a. o Ministro ter notícia do andamento dos trabalhos de que fui encarregado por portaria de 15 de Janeiro, que em 1 de Março parti de Lisboa e cheguei a Beja, e no dia seguinte comecei o reconhecimento das antiguidades da villa e dos campos de Mertola, onde as grandes cheias do ultimo inverno deixaram descobertos muitos vestigios de varias populações extintas, podendo affirmar a V. Ex^a. que

mui util e bem entendida foi a deliberação tomada pelo governo, a fim de que tantos factos archeologicos fôsem estudados antes de soffrerem a completa destruição a que estavam expostos, e que de feito já corria adiantada.

Reservando-me para no relatorio respectivo áquella região dar circunstaciado conhecimento de tudo que observei, posso porém desde já afiançar a V. Ex^a. que me parece ter encontrado sufficiente fundamento para se designar a situação de Myrtilis, ácerca da qual havia apenas aventurosas presumpções. Descobrí além disto e de uma inscripção romana inedita, numerosos padrões epigraphicos, de que não havia noticia alguma, com os quaes se póde comprovar que a celebre Myrtilis, após a decadencia do imperio romano, foi séde de uma grande população christã, designando o maior monumento que obtive o nome do presbitero que governou 13 annos um presbiterio, cuja situação julgo poder indicar. Da referida serie de monumentos há três muito preciosos, que espero ainda obter. A época wisigothica, como em parte alguma do reino, que me conste, ficou pois ali largamente demonstrada.

Não havia a menor duvida de que Mertola fôra senhoreada pelos conquistadores árabes.

Mas não se sabia que existissem padrões epigraphicos dessa época, além do monumento citado e traduzido por fr. João de Sousa. Descobri eu, porém, dois ainda ineditos, de que logo tomei posse, e tanto estes como todos os outros, assim como varios objectos antigos achados nas explorações, ficaram fechados em seis caixotes com (...) para o Governador Civil do Distr.^o de Beja.

Além disto, tirando copia da inscripção gravada sobre o portico principal de torre, e de uma divisa heraldica, que tambem observei na antiquissima igreja matriz, podem-se hoje designar a data da construção, bem como o nome do constructor daquella torre e daquelle templo monumental.

Logo que haja recebido as plantas que mandei levantar e obtido alguns esclarecimentos que ainda me faltam, tratarei de redigir o relatorio respectivo às antiguidades de Mertola, para não envolver este estudo especial com os importantes trabalhos do Algarve, em que me acho empenhado desde o dia 14 do mez passado.

As antiguidades do concelho de Alcoutim já estão reconhecidas desde a Ribeira do Vascão até o Barranco do Carril, onde termina. Neste largo espaço comprehendendo as freguezias serranas, descobri alguns monumentos, e varios logares habitados em tempos antigos, donde extraí muitas e diversas provas archeologicas, figurando entre ellas os fragmentos de tres estatuas de marmore granular branco. Satisfaçome pois em affirmar a V. Ex^a., que os campos de

Alcoutim, onde ninguém suppunha tanta riqueza archeologica, correspondem mui satisfatoriamente ao muito trabalho que me causaram. As plantas dos principaes logares de habitação antiga estão levantadas, e com ellas e as de Mertola se formará aproximada idéa da importancia que logrou, principalmente durante o dominio romano, toda esta margem direita do Rio Guadiana.

Agora acho-me no concelho de Castro Marim e já combinado com as auctoridades e proprietarios para proceder aos estudos mais difficeis, talvez, do meu plano de trabalhos, e suppondo dever ter aqui alguma demora, porque há muitas e interessantes observações a fazer.

Estou satisfeitissimo com os resultados do trabalho desde Mertola até este ponto, e olhando para o que já tenho conseguido, espero que o Algarve prestará valiosos auxilios ao projectado museu da Academia, e terá em breve tempo preparada a sua carta archeologica.

Communico finalmente a V. Ex^a. que preciso receber em Castro Marim o subsidio correspondente aos primeiros 15 dias deste mez, e o restante na cidade de Tavira, do dia 15 em diante. Dignando-se V. Ex^a. mandar-me remetter as respectivas quantias por vales de correio, devolverei assignados os competentes recibos que as acompanharém.

Ds. G.e a V. Ex^a - Castro Marim, 3 de Abril de 1877.

Illmo. Exmo. Snr. Conselheiro
Dir.or G.al da Instrucção Publica

E. V." (rubrica de Estácio da Veiga)

Esta minuta tem o interesse de conter a primeira descrição, ainda que sumária, dos resultados dos trabalhos empreendidos por Estacio da Veiga em Mértola e em Alcoutim, primeiro concelho algarvio por si estudado, de acordo com o programa previamente traçado, de prosseguir o reconhecimento arqueológico de todo o Algarve seguindo de Sotavento para Barlavento. Era importante manter o dirigente em questão devidamente informado – tratava-se do Conselheiro José Maria de Amorim – tanto mais que este viria a revelar-se precioso apoiante da empresa arqueológica cometida pelo Governo a Estácio da Veiga.

As descobertas efectuadas na vila de Mértola e seus arredores foram publicadas volvidos apenas três anos; nelas se apresenta estudo completo dos testemunhos arqueológicos recuperados, com destaque para a demonstração da ocupação proto-

-romana da povoação e o estudo da preciosa colecção de epígrafes funerárias paleocristãs, relacionadas com uma basílica ali existente, incluindo aquela que, muito justamente, se salienta na missiva acima transcrita, pertencente ao presbítero Satirio, que governou o presbitério ali instalado durante treze anos (Veiga, 1880, p. 104, 105). A área explorada por Estácio da Veiga, correspondente à basílica, foi recentemente alargada, permitindo a instalação de um notável núcleo museológico, aproveitando parte das estruturas arquitectónicas da basílica posta a descoberto, onde se conserva parte do conjunto epigráfico reunido (Torres e Macias, coord., 1993).

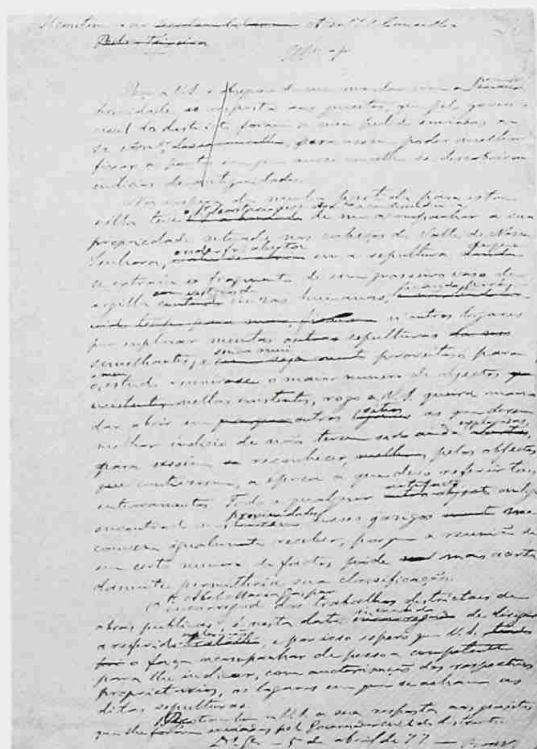


Fig. 7 – Documento n.º 6: minuta do Ofício de Estácio da Veiga ao Administrador do Concelho de Alcouthim (5 de Abril de 1877). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

A documentação do Arquivo do MNA inclui outras missivas relativas a achados arqueológicos resultantes do reconhecimento de Estácio da Veiga feito em Alcouthim, com interesse para conhecer os pormenores que estiveram na origem dos materiais recolhidos e das circunstâncias das descobertas e consequentes explorações. Assim, já depois de ter dali partido em direcção a Castro Marim, Estácio da Veiga expediu ao Administrador do Concelho de Alcouthim o seguinte Ofício, a 5 de Abril de 1877 (Documento n.º 6; minuta no arquivo do MNA) (Fig. 7):

“Alcouthim – ao Adm.or do Concelho

Ill.mo Snr.

Na vespera da minha partida para esta villa teve o Snr. Secretario dessa Adm.ão a condescendencia de me acompanhar à sua propriedade situada nos cabeços do Valle de Nossa Senhora, onde foi aberta uma sepultura, de que se extraiu o fragmento de um grosseiro vaso de argilla com vestigios de cinzas humanas; ficando porém n'outros logares por explorar muitas sepulturas semelhantes, sendo mui proveitoso para o meu estudo reunir-se o maior numero

de objectos nellas existentes, rogo a V. S. queira mandar abrir em outros sitios as que derem melhor indício de não terem sido ainda exploradas, para assim reconhecer, pelos objectos que contiverem, a época a que devo referir tais enterramentos. Todo e qualquer artefacto antigo encontrado nas proximidades desses jazigos me convem igualmente receber, porque a reunião de um certo numero de factos mais acertadamente permittiria sua classificação.

O Sr. Abel Maria Gaspar encarregado dos trabalhos districtaes de obras publicas, é nesta data incumbido de dirigir a referida exploração, e por isso espero que V.S. o faça acompanhar de pessoa competente para lhe indicar, com auctorisação dos respectivos proprietarios, os logares em que se acham as ditas sepulturas.

Peço tambem a V.S. a sua resposta aos quesitos que lhe foram enviados pelo Governador civil do distrito.

D.s ge. – 5 de Abril de 77 – E.V” (rubrica de Estácio da Veiga)

Os quesitos referidos nesta carta correspondem a questionário arqueológico elaborado por Estácio da Veiga, para ser amplamente distribuído pela província – com a chancela da autoridade do representante local do Governo, o próprio Governador Civil do Distrito de Faro – designadamente pelas pessoas susceptíveis de fornecerem informações mais úteis e precisas.

Naquele mesmo dia, Estácio da Veiga endereçou, também de Castro Marim, sobre o referido assunto, Ofício ao Encarregado das Obras Públicas em Alcoutim, o supra mencionado Abel Maria Gaspar (Documento n.º 7; minuta no Arquivo do MNA) (Fig. 8), o qual é do seguinte teor:

“Ill.mo Sr.

Tendo ultimamente tido conhecimento da existencia de umas sepulturas que em diversos logares, proximos dessa villa apenas denunciám pelas suas limitadas dimensões enterramentos por incineração, rogo a V.S. queira encarregar-se de combinar com o Adm.or desse concelho, a quem hoje escrevo neste sentido, para mandar proceder com a posivel brevidade a abertura de alguns desses jazigos, que melhor indício mos-

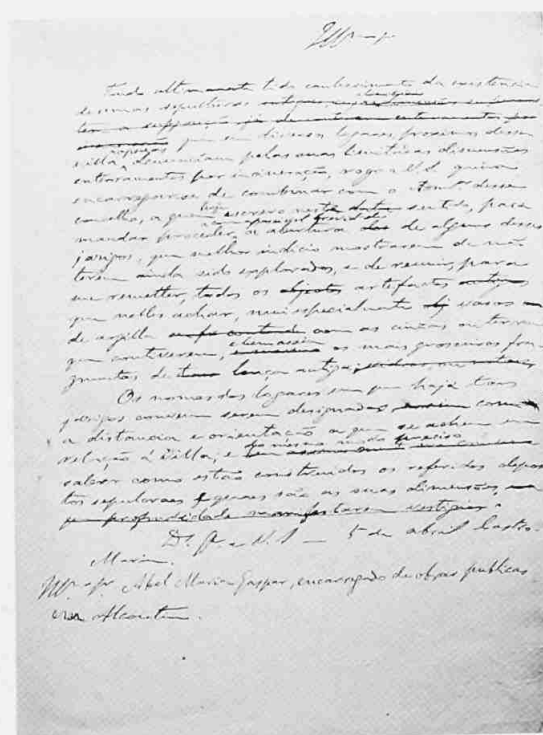


Fig. 8 – Documento n.º 7: minuta do Ofício de Estácio da Veiga ao Encarregado de Obras Públicas em Alcoutim (5 de Abril de 1877). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

trarem de não terem ainda sido explorados, e de reunir, para me remetter, todos os artefactos que nelles achar, mui especialmente vasos de argilla com as cinzas ou terra que contiverem, e bem assim os mais grosseiros fragmentos de louça antiga.

Os nomes dos logares em que haja tais jazigos convem serem designados com a distancia e orientação a que se achem em relação à villa; e do mesmo modo preciso saber como estão construidos os referidos depositos sepulcraes e quaes são as suas dimensões.

D.s. G.e a V.S. – 5 de Abril Castro Marim”.

Outras ocorrências de interesse arqueológico no concelho de Alcoutim justificaram o interesse de Estácio da Veiga: é o caso de um monumento epigráfico, localizado em Cortes Pereiras; a remoção deste monumento é tratada em missiva, do Governador Civil do Distrito de Faro para o Administrador do Concelho de Alcoutim, a 24 de Fevereiro de 1880. A correspondente resposta, datada de 1 de Março de 1880 pode ler-se no Livro da Correspondência Expedida, para onde foi transcrita (**Documento n.º 8**; Arquivo Municipal de Alcoutim) (Fig. 9):

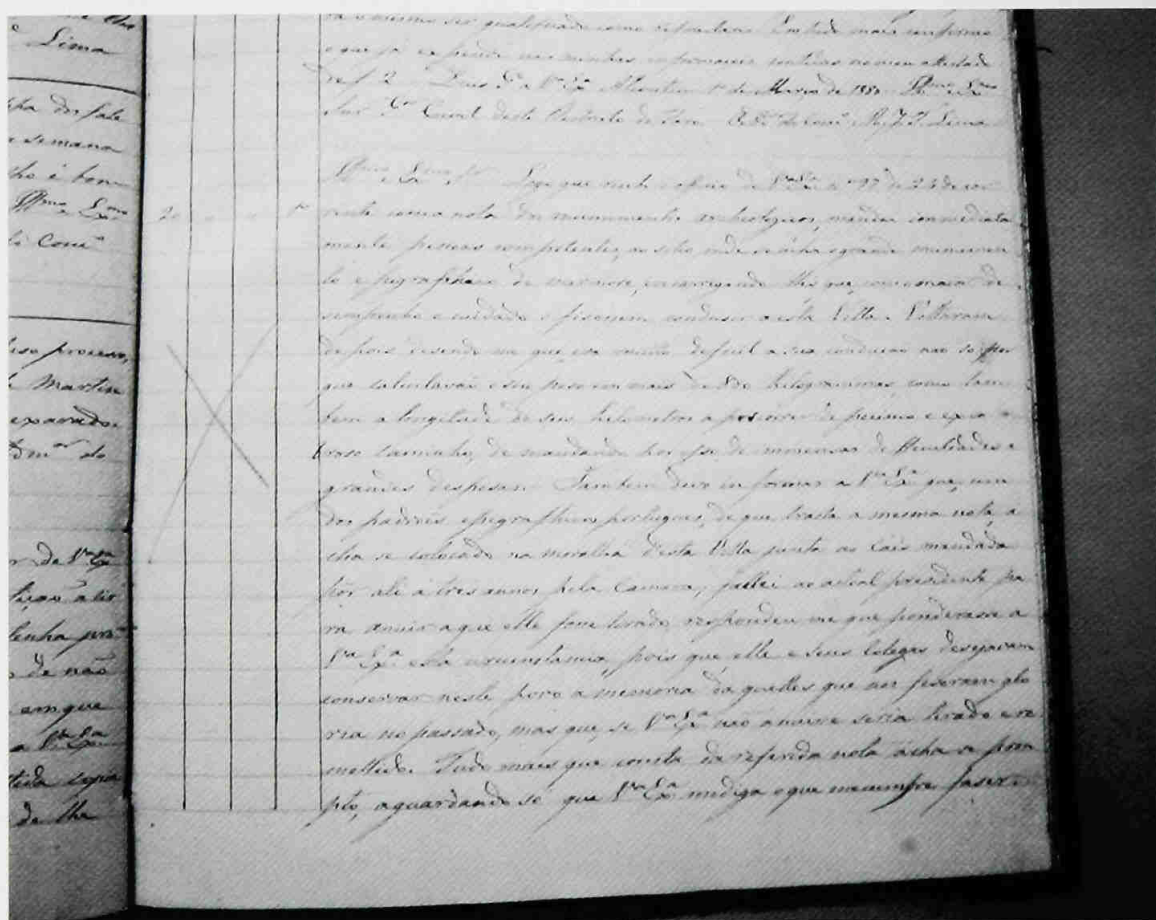


Fig. 9 – Documento n.º 8: transcrição do Arquivador da Correspondência da Câmara Municipal de Alcoutim do Ofício do Administrador do Concelho ao Governador Civil do Distrito de Faro (1 de Março de 1880). Arquivo da Câmara Municipal de Alcoutim.

“Ill.mo e Ex.mo Sr. – Logo que recebi o officio de V. Ex^a. n.º 97 de 24 do corrente com a nota dos monumentos archeologicos, mandei immediatamente pessoas competentes, ao sitio onde se acha o grande monumento epigraphico de marmore, encarregando lhes que, com o maior desempenho e cuidado o fisessem conduzir a esta Villa. Voltaram depois desendo me que, era muito defícil a sua conducção não só porque calculavão o seu peso em mais de 800 kilogramas, como tambem a longitude de seis kilometros a percorrer de pecimo e excabroso caminho, demandando por isso, de immensas deffículdades e grandes despesas. – Também devo informar a V. Ex^a. que, um dos padrões epigraphicos portugueses, de que tracta a mesma nota, acha se colocado na moralha d’esta villa junto ao cáes mandado por ali á tres annos pela Camara; fallei ao actual presidente para anuir que elle fosse tirado, respondeu me que ponderasse V. Ex^a. essa circumstancia, pois que elle, e seus Colegas desejavam conservar neste povo a memoria daquelles que nos fizeram gloria no passado, mas que, se V. Ex^a. não anuisse veria tirado e remettido. Tudo mais que consta da referida nota acha-se prompto, aguardando só que V. Ex^a. me diga o que me cumpre fazer.

Deus Guarde a V. Ex^a. Alcouthim 1º de Março de 1880. Illmo. e Exmo. Sr. G. Civil deste Destrito de Faro. O Adm.or do Concelho M. J. T. Lima”.

Verifica-se por esta e outras missivas, que Estácio da Veiga, embora oficialmente encarregado pelo Governo do levantamento arqueológico do Algarve, não se correspondia directamente – designadamente para assuntos mais melindrosos ou que requeressem maior autoridade do que a sua – com os órgãos municipais respectivos, mas sim através do Governador Civil do Distrito de Faro, enquanto representante na região do Governo que o incumbira daquela tarefa. Este, por sua vez, de posse das informações preparadas por Estácio da Veiga dirigia-se, não aos Presidentes das edilidades, mas sim a uma figura desaparecida na actual arquitectura do Poder Local, os Administradores dos Concelhos. Esta maneira de proceder explica a facilidade com que certos desejos de Estácio da Veiga se transformavam em ordens, as quais eram em geral cumpridas, mesmo as que mais renitência despertavam, como era a que solicitava a remoção do padrão português, o qual ainda hoje se conserva em muro junto ao cais de Alcouthim: trata-se de monumento epigrafado, datado de 1661, com as armas reais de D. Afonso VI.

A inscrição de Cortes Pereiras terá sido removida pouco depois, conservando-se actualmente no Museu Nacional de Arqueologia. Com efeito, Estácio da Veiga, logo após a ter identificado, oficiou ao Governador Civil do Distrito de Faro,

solicitando os seus préstimos para a salvaguarda daquele monumento, bem como da bela escultura de Apolo, proveniente do Álamo. É disso que trata o seguinte Ofício, cuja minuta ostenta uma vieira, gravada a seco no canto superior esquerdo (Documento n.º 9; Arquivo do MNA) (Fig. 10):

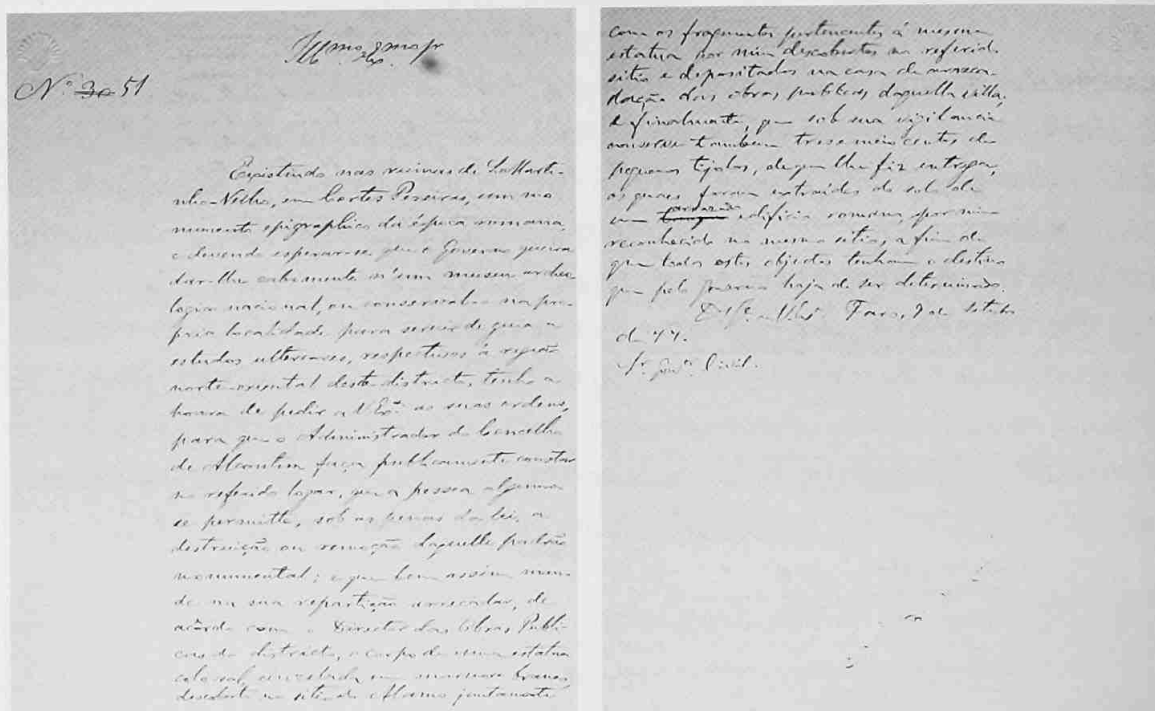


Fig. 10 – Documento n.º 9: minuta do Ofício de Estácio da Veiga ao Governador Civil do Distrito de Faro (9 de Setembro de 1877). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

Ofício n.º 51 de Estácio de Veiga para o Governador Civil do Distrito de Faro, de 9 de Setembro de 1877:

“51 Illmo. e Exmo. Sr.

Existindo nas ruínas de S. Martinho-Velho, em Cortes Pereiras, um monumento epigraphico da época romana, e devendo esperar-se que o Governo queira dar-lhe cabimento n’um museu archeologico nacional, ou conserval-o na propria localidade para servir de guia a estudos ultteriores, respectivos à região norte-oriental deste districto, tenho a honra de pedir a V. Ex^a. as suas ordens, para que o Administrador do Concelho de Alcoutim faça publicamente constar no referido logar, que a pessoa alguma se permite, sob as penas da lei, a destruição ou remoção daquelle padrão monumental; e que bem assim mande na sua repartição arrecadar, de acôrdo com o Director das Obras Publicas do districto, o corpo de uma estatua colossal, cinzelada em marmore branco, descoberto no sitio do Alamo juntamente com os fragmentos pertencentes à mesma estatua por mim descobertos

no referido sitio e depositados na casa de arrecadação das obras publicas daquella villa; e finalmente, que sob sua vigilancia conserve tambem tres e meio centos de pequenos tijolos, de que lhe fiz entrega, os quaes foram extraídos do solo de um arrazado edificio romano, por mim reconhecido no mesmo sitio, a fim de que todos estes objectos tenham o destino que pelo governo haja de ser determinado.

Ds. Ge. A V. Ex^a. Faro, 9 de Setembro de 1877.
Sr. Gov.or Civil."

A mesma estátua é referida no Ofício n.º 83, datado de Silves, de 29 de Janeiro de 1878 e dirigido ao Governador Civil do Distrito de Faro (minuta do Arquivo do MNA). Verifica-se que, embora já no Sotavento algarvio, Estácio da Veiga não descurava os assuntos relacionados com as descobertas anteriormente por si efectuadas, dado que o assunto da remoção da estátua e seu transporte para Lisboa ainda não tinha sido resolvido. Este documento tem ainda o interesse especial de informar sobre as vicissitudes do achado e da conservação em Alcoutim daquela notável peça escultórica, com a qual Estácio da Veiga se deparou no cais de Alcoutim, e de que recuperou no local de origem (a estação romana do Álamo), outros fragmentos que lhe pertenciam (Documento n.º 10; minuta no Arquivo do MNA) (Fig. 11):

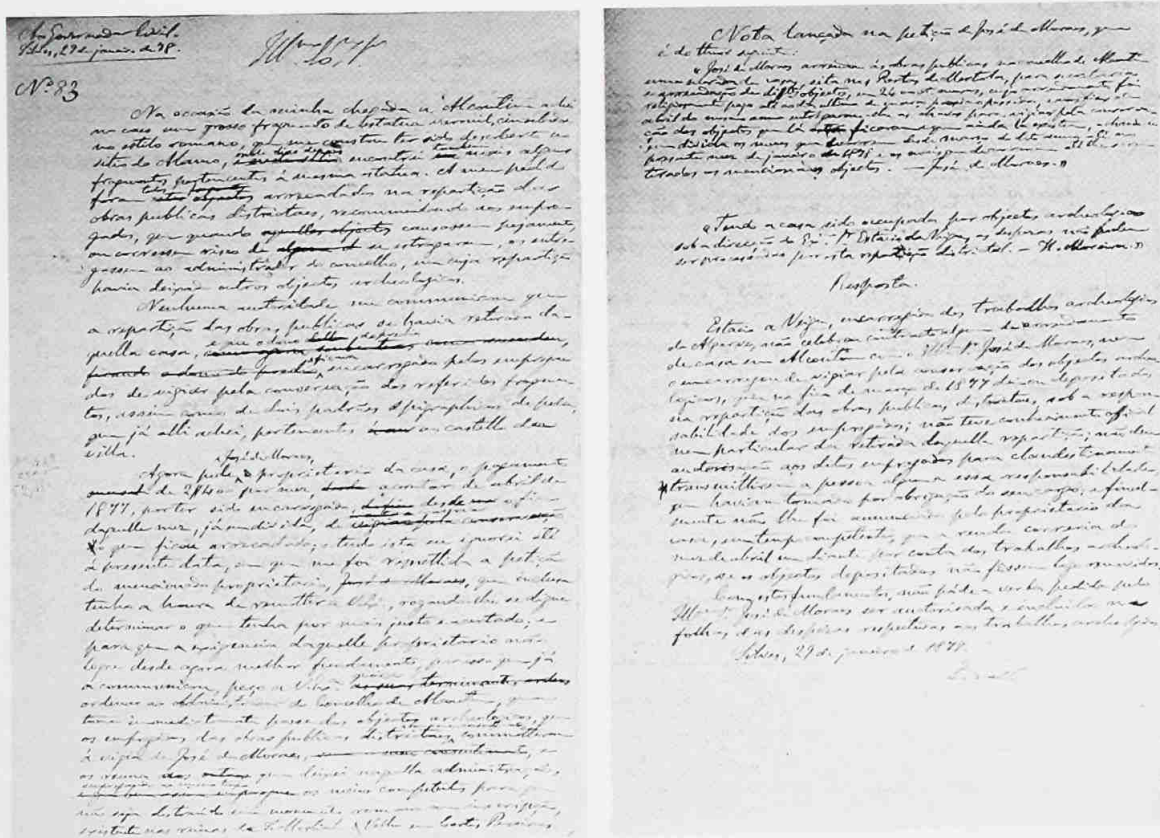


Fig. 11 – Documento n.º 10: minuta do Ofício de Estácio da Veiga ao Governador Civil do Distrito de Faro (29 de Janeiro de 1878). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

“Ao Governador Civil
Silves, 29 de Janeiro de 78.

Illmo. Exmo. Sr.

Na occasião da minha chegada a Alcoutim achei no caes um grosso fragmento de estatua varonil, cinzelada no estilo romano, que me constou ter sido descoberto no sitio do Alamo, onde dias depois encontrei tambem mais alguns fragmentos pertencentes à mesma estatua. A meu pedido foram todos arrecadados na repartição das obras publicas districtaes, recommendando aos empregados, que quando causassem pejamento, ou corressem o risco de se estragarem, os entregassem ao administrador do concelho, em cuja repartição havia deixado outros objectos archeologicos.

Nenhuma auctoridade me communicou que a repartição das obras publicas se havia retirado daquella casa, e que o dono do predio ficava encarregado pelos empregados de vigiar pela conservação dos referidos fragmentos, assim como de dois padrões epigraphicos de pedra, que já alli achei, pertencentes ao castello da villa.

Agora pede José de Moraes, proprietario da casa, o pagamento de 2\$400 por mez, a contar de abril de 1877, por ter sido encarregado desde o fim daquelle mez, já em divida, de conservar o que ficou arrecadado; e tudo isto eu ignorei até à presente data, em que me foi remmetida a petição do mencionado proprietario, que inclusa tenho a honra de remetter a V. Ex^a., rogando-lhe se digne determinar o que tenha por mais justo e acertado; e para que a exigencia daquelle proprietario não logre desde agora melhor fundamento, por isso que já a communicou, peço a V. Ex^a. queira ordenar ao Administrador do Concelho de Alcoutim, que tome immediatamente posse dos objectos archeologicos, que os empregados das obras publicas districtaes sem o meu consentimento commeteram à vigia de José de Moraes, e os reuna aos que deixei naquella administração, empregando ao mesmo tempo os meios competentes para que não seja destruído um monumento romano com inscripção existente nas ruinas de S. Martinho Velho, em Cortes Pereiras.

Nota lançada na petição de José de Moraes, que é do theor seguinte:

“José de Moraes arrendou às obras publicas no concelho de Alcoutim uma morada de casa, sita nas Portas de Mertola para secretaria e arrecadação de diftes. objectos em 2400 rs. mensaes, cujo arrendamento foi religiosamente pago até ao dia ultimo de março proximo passado, e nos fins de abril do mesmo anno entregaram-lhe as chaves para vigiar pela conservação dos objectos que la ficaram e que ainda lá existem, achando-se em divida os meses que decorrem desde março

do dito anno até ao presente mez de janeiro de 1878 e os mais que decorrerem até lhe serem tirados os mencionados objectos. – José de Moraes.”

“Tendo a casa sido occupada por objectos archeologicos sob a direcção do Exmo. Sr. Estacio da Veiga, as despesas não podem ser processadas por esta repartição districal. – H. Moreira.”

“Resposta

Estacio da Veiga, encarregado dos trabalhos archeologicos do Algarve, não celebrou contracto algum de arrendamento de casa em Alcoutim com o Illmo. Sr. José de Moraes, nem o encarregou de vigiar pela conservação dos objectos archeologicos, que no fim de Março de 1877 deixou depositados na repartição das obras publicas districtaes, sob a responsabilidade dos empregados; não teve conhecimento official nem particular da retirada daquella repartição; não deu auctorisação aos ditos empregados para clandestinamente transmittirem a pessoa alguma essa responsabilidade, que haviam tomado por obrigação do seu cargo; e finalmente não lhe foi annuciado pelo proprietario da casa, em tempo competente, que a renda correria do mez de abril em diante por conta dos trabalhos archeologicos, se os objectos depositados não fôsem logo removidos.

Com estes fundamentos, não póde a verba pedida pelo Illmo. Sr. José de Moraes ser auctorisada e incluída na folha das despesas respectivas aos trabalhos archeologicos.

Silves, 29 de janeiro de 1878.

E. V.” (rubrica de Estácio da Veiga)

Verifica-se que o torso da estátua do Álamo que Estácio da Veiga encontrou no cais fluvial, à sua chegada a Alcoutim, foi trasladado do Álamo, onde foi posto a descoberto pelas grandes cheias do Guadiana do ano anterior; tal facto indica – ao contrário do que à primeira vista poderia parecer – que houve cuidado na sua preservação; de outro modo não se justificaria tamanho trabalho na sua remoção do local em que fora encontrado.

Desconhece-se como foi resolvido o diferendo exposto nesta carta, no qual procuraram envolver Estácio da Veiga, aparentemente sem resultado; pelo exposto, pode concluir-se que os materiais recolhidos aquando do reconhecimento arqueológico do concelho de Alcoutim, em Março de 1877 continuavam na vila, e sujeitos às vicissitudes descritas, em finais de Janeiro do ano seguinte; entretanto, o pedido de Estácio da Veiga para que o Governador Civil de Faro officiasse ao

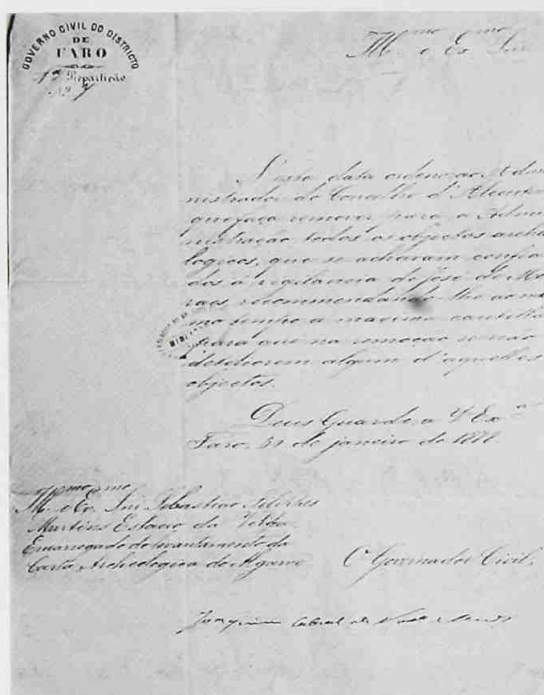


Fig. 12 - Documento n.º 11: Ofício do Governador Civil do Distrito de Faro a Estácio da Veiga (30 de Janeiro de 1878). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

Administrador do concelho de Alcútem foi prontamente satisfeito, visto que, a 30 de Janeiro de 1878, era-lhe remetido ofício, assinado pelo representante do Governo, sobre o assunto (**Documento n.º 11**; folha timbrada do Governo Civil do Districto de Faro, 1.^a Repartição, Ofício N.º 7, arquivo do MNA) (Fig. 12):

“Illmo. e Exmo. Snr.

N’esta data ordeno ao Administrador do Concelho d’Alcútem, que faça remover para a Administração todos os objectos archeologicos, que se achavam confiados à vigilancia de José de Moraes, recommendando-lhe ao mesmo tempo

a maxima cautella para que na remoção se não deterioresem algum d’aquelles objectos.

Deus Guarde a V. Ex.^a.

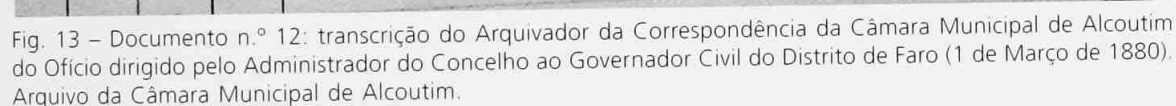
Faro, 30 de janeiro de 1878

O Governador Civil

Joaquim Cabral de Vasconcellos”

Só em 1880 é que, os objectos recolhidos por Estácio da Veiga no concelho de Alcútem são remetidos para Lisboa, como já se depreendia da leitura da carta acima transcrita, datada de 1 de Março de 1880 dirigida pelo Administrador do Concelho de Alcútem ao Governador Civil do Distrito de Faro. Com efeito, é do referido Administrador do Concelho a seguinte informação (**Documento n.º 12**; Arquivador da Correspondência – Câmara Municipal de Alcútem) (Fig. 13):

“27 Agosto 1880 – Hoje ao meu collega de V.^a Ral. de Santo António os monumentos archeologicos existentes n’este concelho e q. constam da inclusa relação. Opportunamente darei conta especificada das despesas ocasionadas com o transporte e encaixotamento dos referidos objectos. O Admor. do Conlho., Trindade Lima.”



“Illmo. Exmo. Sr. – Remetto a V.^a. Ex.^a., a conta especificada, das despesas occasionadas com o transporte e encaixotamento de todos os monumentos, enviados para Villa Real de Santo António, que se achavam n’esta Villa e no Montinho das Laranjeiras. – Deus Ge. A V.^a. Ex.^a. Alcoutim, 4 de Setembro de 1880 – Illmo. Exmo. Sr. Gor. Civil do Districto de Faro . – O Admor. do Conc.^o. Trindade Lima”.

Importa conhecer o inventário dos materiais arqueológicos realizado pelo próprio Estácio da Veiga e por este obtidos no reconhecimento arqueológico do

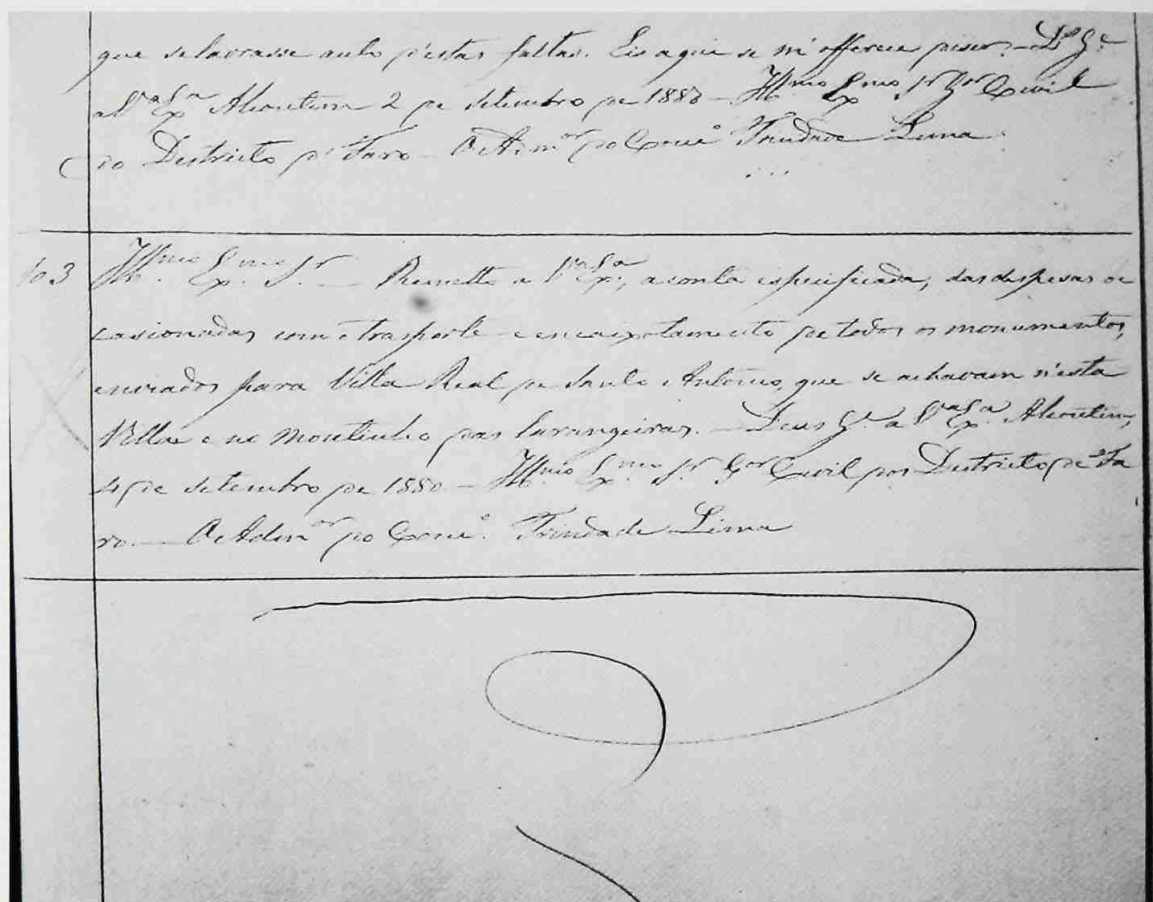


Fig. 14 – Documento n.º 13: transcrição do Arquivador da Correspondência da Câmara Municipal de Alcoutim do Ofício dirigido pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil do Distrito de Faro (4 de Setembro de 1880). Arquivo da Câmara Municipal de Alcoutim.

primeiro concelho algarvio por si executado. Trata-se da primeira parte do inventário relativo aos materiais recolhidos desde o concelho de Alcoutim até o de Tavira, datado de 30 de Junho de 1877, altura em que concluiu o reconhecimento arqueológico deste último. Na página do rosto deste documento, Estácio da Veiga após mais tarde, em alturas diferentes, informações relativas à continuação do inventário relativo aos espólios recolhidos nos concelhos do Algarve central e oriental.

A transcrição do documento escrito por Estácio da Veiga, na parte que interessa a Alcoutim, é a seguinte (Documento n.º 14; arquivo do MNA) (Fig. 15):

“Catalogo dos productos archeologicos obtidos desde o concelho de Alcoutim até o de Tavira, e acondicionados em 26 caixotes e tres canastrões em 30 de junho de 1877.

Continuação deste catalogo, comprehendendo os productos dos concelhos de Olhão, Faro e Loulé até 20 de novembro de 1977 – E.V. (rubrica)

Continuação – concelhos de Albufeira, Lagôa e Silves até 20 de janeiro de 1878.

Caixote n.º 1 – Concelho de Alcoutim
N.º 1 – Vaso de argilla prehistorica – No cabeço do monte a cavalleiro do Valle de N. Senhora – em sepultura quadrangular. Propriedade de Pedro Teixeira.

N.º 2 – Fragmento de vaso de argilla prehistorica. No monte antecessivamente referido, e em sepultura semelhante.

N.º 3 – Fragmento de vaso com duas azas e gargalo destruido – No Montinho das Laranjeiras, na excavação da villa romana.

N.º 4 – Vaso com aza e tres pés – argilla alvacenta – em sepultura romana excavada na Villa agraria do Montinho das Laranjeiras.

N.º 5 a 12 – Vasos de uma aza – Idem.

N.º 13 – gargalo de vaso de argilla. Idem.

N.º 14 – gargalos de louça grosseira – fragmentos – Idem.

N.º 15 – Fragmentos de louça vidrada – Idem.

N.º 16 – Fundos de amphoras, etc. 3 – Idem.

N.º 17 – Fragmentos de louça grosseira – Idem.

Caixote n.º 2

N.º 18 – Mosaico extraído da casa de banho descoberta nas ruínas romanas do Montinho das Laranjeiras.

Caixote n.º 3

N.º 19 – Fragmentos de telhas com lavor – Montinho das Laranjeiras, nas excavações da villa romana.

N.º 20 – Fragmento de Louça de Sagunto – Idem.

N.º 4 – Vai neste caixote o vaso n.º 4 acima descripto.

N.º 21 – Fragmento de louça semelhante à de Sagunto, mais clara de côr. Idem.

N.º 22 – Fragmento de ladrilho com bordo levantado. – Idem.

N.º 23 – Dois craneos dois fémures, um craneo esmagado, maxillas. – Idem.

N.º 24 – Dentes e ossos de animaes – Idem.

N.º 25 – Ossos trabalhados – Idem.

N.º 26 – Alfinetes, argolas, pinças, e outros objectos de cobre – Idem.

N.º 27 – Objectos de cobre, fragmentos de espelhos, pregos, etc. – Idem.

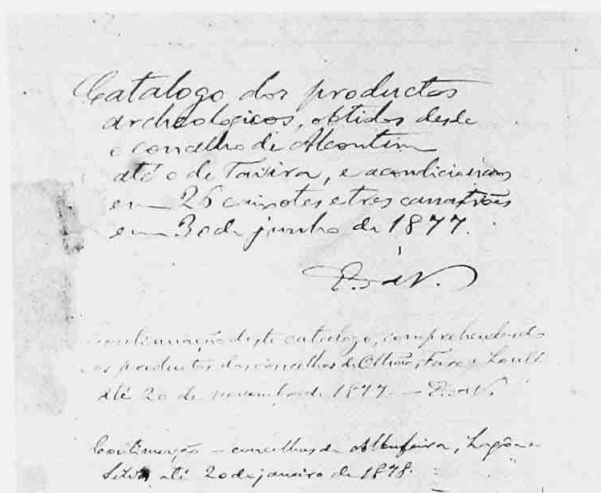


Fig. 15 – Documento n.º 14: página de rosto (pormenor) do inventário elaborado por Estácio da Veiga do espólio arqueológico obtido no concelho de Alcoutim (30 de Junho de 1877). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

Objectos isolados = Grandacinha – capitel de columna

Almada de Ouro – base de columna de calcareo branco

Capitel rustico de marmore.

(nota: estes materiais não pertencem ao concelho de Alcoutim)

N.º 28 – Objectos de chumbo, parecendo pela maior parte empregado em fios e redes de pescar. – Nas excavações do Montinho das Laranjeiras.-

N.º 29 – Specimens de louças. Idem.

N.º 30 – Armas, instrumentos de trabalho, e outros utensilios de ferro – extraídos das excavações. Idem.

N.º 31 – Pregos, argola, e fragm.tos de outros objectos de ferro – Idem.

N.º 32 – Fragmentos de varios objectos de ferro em decomposição. Idem.

N.º 33 – Fragmentos de vasos de vidro – Idem.

N.º 34 – Fragmento de telha com lavor. – idem.

N.º 35 – Cinzas extraídas das sepulturas achadas n'um cercado e no caminho das Laranjeiras p.^a. o Alamo.

N.º 36 – Revestimento pintado de vermelho dos muros subterraneos excavados no Alamo, no sitio donde se extraíu o tronco com outros fragmentos de estatua nua, e de mais duas vestidas.

N.º 37 – Pequeno vaso de argilla vermelha em forma de botija, e sem gargalo. Alamo – na sepultura.

N.º 38 – Vaso de argilla alvacenta com duas asas – em sepultura. Muito perfeito. – Alamo.

Caixa N.º 5

N.º 39 – Dois ladrilhos das excavações do Alamo.

(...)"

A parte restante do inventario desta caixa e das restantes corresponde a materiais de sítios já fora do concelho de Alcoutim).

O inventario dos materiais acima transcrito é acompanhado de fotos de algumas das peças, encomendadas por Estacio da Veiga, cujas prova em papel se conservam no Arquivo do MNA. Tais fotos, destinadas a sobre elas se gravarem os desenhos destinados a publicação – processo seguido em outras fotos de materiais diversos publicados nos volumes das “Antiguidades Monumentaes do Algarve” relativos aos “Tempos Prehistoricos” – encontram-se numeradas, constituindo provavelmente a base das ilustrações da parte final da obra, que não foi publicada. Trata-se da relativa à época romana, à época visigótica e árabe, das quais apenas deixou concluída parte das antiguidades romanas, publicada, como atrás se disse, nas páginas de “O Arqueólogo Português”, por iniciativa de J. Leite de Vasconcelos. Como o autor declara,

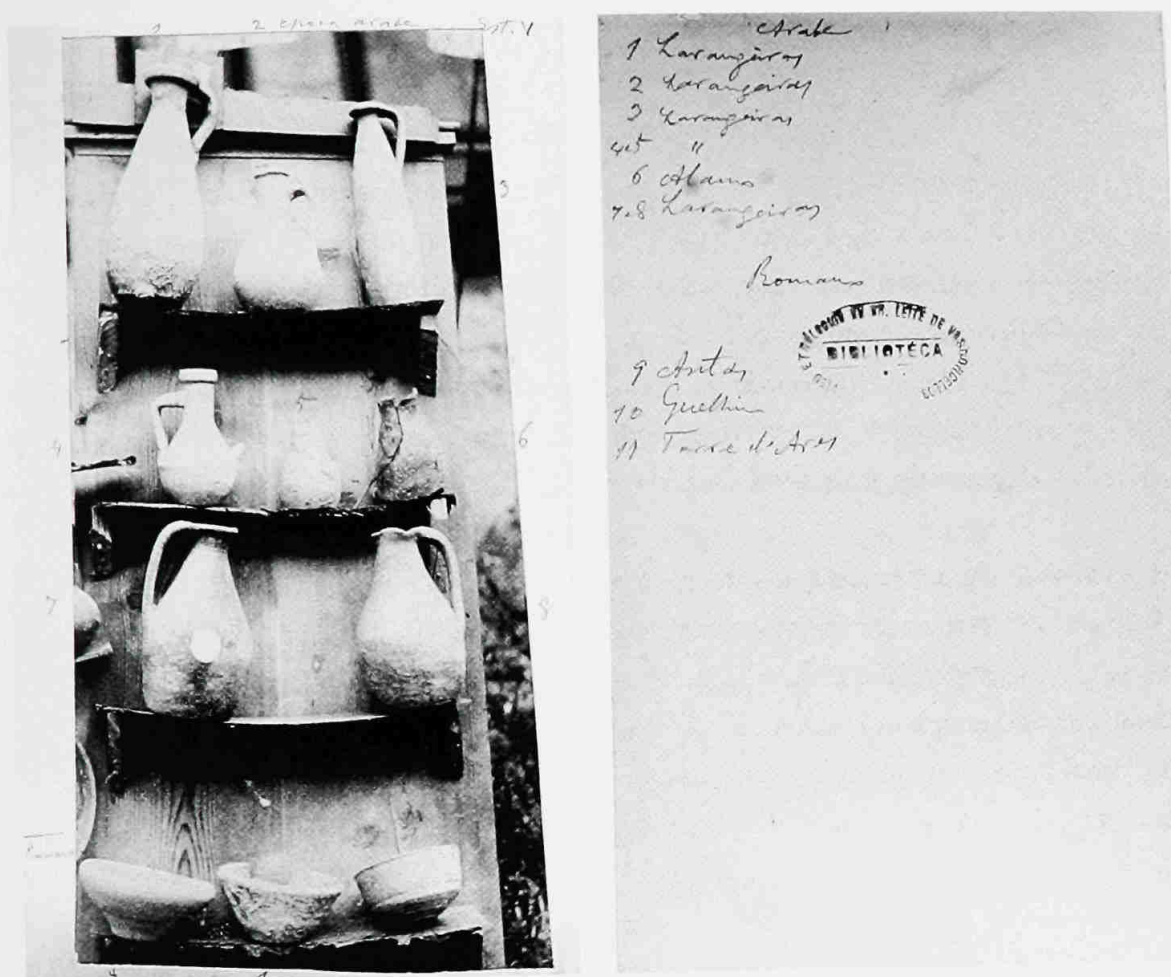


Fig. 16 – Conjunto cerâmico proveniente do Montinho das Laranjeiras (1 a 5; 7 e 8) e do Álamo (6), atribuído por Estácio da Veiga à época muçulmana. Os exemplares 9, 10 e 11, por ele considerados romanos, provêm de outras estações algarvias (respectivamente Antas, Guelhim e Torre d'Ares). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

no final do volume IV, com o qual encerra os “Tempos Prehistoricos”, “O quinto volume d’esta obra formará o elo de ligação entre os tempos prehistoricos e historicos.

Os outros volumes, se para tanto a vida me chegar, occupar-se-ão das epochas romana, wisigothica e mahometana, que n’este territorio precederam a gloriosa instituição da monarchia portugueza.” (Veiga, 1891, p. 337).

Assim, a Est. V, eventualmente preparada para um desses volumes, corresponde a um conjunto de recipientes numerados, atribuídos pelo autor à época árabe e à época romana (Fig. 16), provenientes do Montinho das Laranjeiras (1 a 5; 7 e 8)

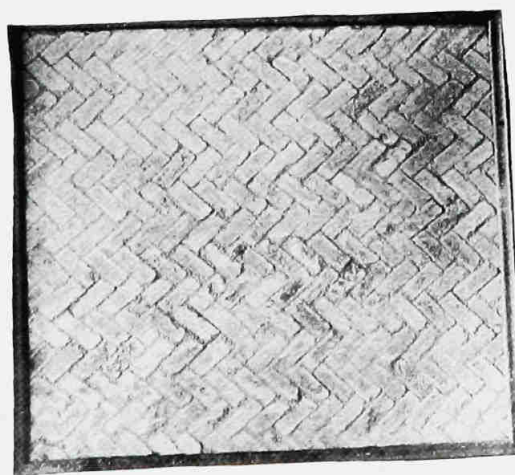


Fig. 17 – Porção de piso de tijolos, retirado do Álamo. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.



Fig. 18 – Estátua de Apolo fragmentada, do Álamo. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

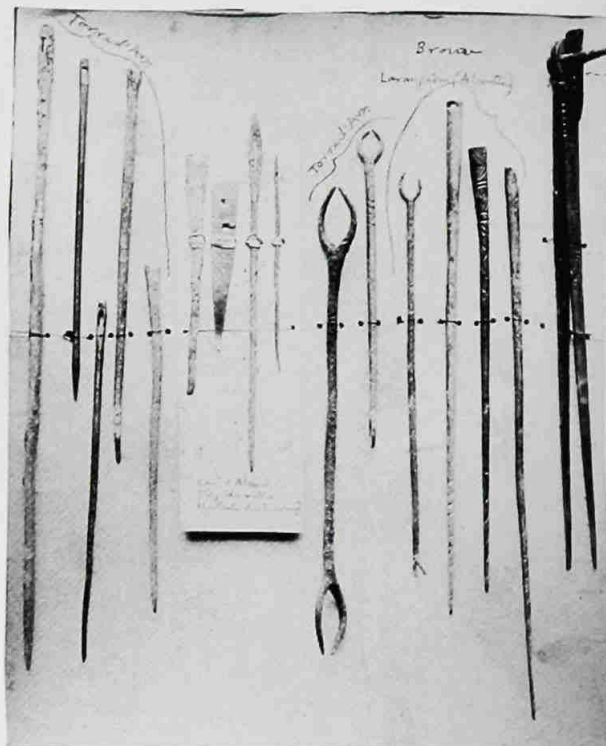


Fig. 19 – Conjunto de artefactos metálicos, dos quais quatro provêm do Montinho das Laranjeiras, segundo as indicações apostas por Estácio da Veiga: uma agulha de fazer rede e três fusos, com as extremidades estriadas para passar a linha. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

e do Álamo (6), sendo os restantes recipientes atribuídos à época romana, provenientes, respectivamente, de Antas (9), Guelhim (10) e Torre d'Ares (11), já fora do concelho de Alcoutim.

A Est. XII reproduz fotografia do chão de tijolos reconstituído encontrado no Álamo, de onde mandou retirar cerca de três centos e meio de tais elementos, conforme consta do Ofício n.º 51 de Estácio de Veiga para o Governador Civil do Distrito de Faro, de 9 de Setembro de 1877, acima transcrito (Fig. 17).

A Est. XIX possui a legenda: “Alamo (Alcoutim) marmore branco”.

Trata-se de bela reprodução fotográfica da celebre estatua de Apolo, proveniente do Álamo, da qual uma parte de encontrava no cais de Alcoutim, aquando da chegada de Estacio da Veiga à vila, a que se juntaram outros fragmentos, recuperados pelo próprio no local primitivo, conforme ele declarou em Ofício dirigido de Silves, a 29 de Janeiro de 1878 ao Governador Civil de Faro (Documento n.º 10).

O fragmento primeiramente observado por Estácio da Veiga corresponde ao torso, enquanto as peças ulteriormente recuperadas pertencem à base da escultura,

separada em dois fragmentos, um deles conservando a aljava do deus (Fig. 18).

A Est. XXXII de um desses projectados volumes, corresponde a fotografias de um variado conjunto de finos artefactos metálicos, de cobre e/ou de bronze, cuja proveniência é indicada à mão, a lápis (letra de Estácio da Veiga); os que interessam a este estudo, provêm do Montinho das Laranjeiras; são quatro, uma agulha de fazer rede e três longas agulhas de fuso, uma delas com perfuração proximal, sendo as duas outras decoradas e com uma cabeça cónica ligeiramente mais grossa (Fig. 19).

Enfim, a Est. XXIV respeita a diversos artefactos pesados de ferro, dos quais um deles provém do Montinho das Laranjeiras, conforme indicação manuscrita por Estácio da Veiga, a lápis (Fig. 20).

Certamente ainda relacionada com a obra em causa é a reprodução fotográfica de dois fragmentos de mosaico (os quais, para efeitos de publicação, seriam copiados à mão e coloridos). O primeiro, possui legenda manuscrita por Estácio da Veiga "1ª Alcouthim 38 Montinho das Laranjeiras", exibindo, dentro de uma cercadura de entrançados, e a representação de um peixe-agulha. O segundo, ostenta a legenda "Est. IX - 39 - Montinho das Laranjeiras" e, além de exhibir cercadura semelhante à do fragmento anterior,



Fig. 20 – Conjunto de peças de ferro, das quais uma provém do Montinho das Laranjeiras, segundo as indicações apostas por Estácio da Veiga. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

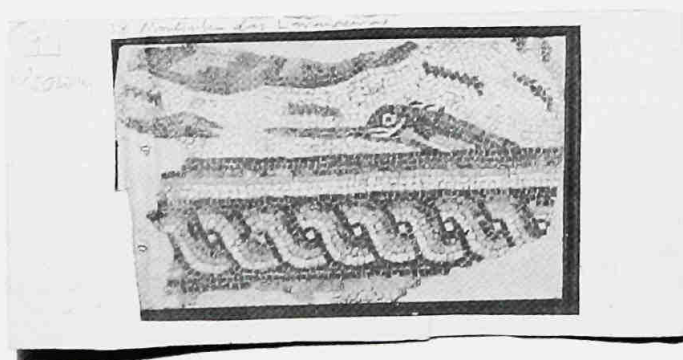


Fig. 21 – Fragmentos de mosaico do chão da ecclesia paleocristã do Montinho das Laranjeiras. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

conserva um vaso de colo alto, munido de duas asas simétricas em forma de “s” (Fig. 21). Trata-se certamente dos fragmentos do mosaico acima descritos, correspondentes ao Caixote n.º 2 do inventário.

6. SÍNTESE DOS RESULTADOS E BALANÇO DA INVESTIGAÇÃO REALIZADA

Em jeito de balanço, apresenta-se o levantamento geral por épocas dos testemunhos arqueológicos identificados e/ou recuperados por Estácio da Veiga no concelho de Alcoutim.

6.1. Neolítico e Calcolítico

A correspondência e o arquivo de Estácio da Veiga conservado no MNA não referem qualquer testemunho neolítico ou calcolítico. Mas no volume I das “Antiguidades”, o autor menciona e reproduz em duas estampas (Ests. XXIX e XXX) um conjunto de artefactos de pedra polida (machados, um deles com sulco numa das faces e enxós, de xistos anfibolítico, alguns sem qualquer sinal de utilização), a que se soma fragmento de placa de xisto lisa com furo e uma pequena enxó de fibrolite oriundos da freguesia de Vaqueiros, e especialmente dos terrenos proximos da aldeia, recolhidos por Antonio de Paula Serpa. Tais exemplares configuram a existência de um ou vários monumentos megalíticos; um deles corresponderia a ocorrência assinalada pelo prior de Vaqueiros a Estácio da Veiga, em “uns cabeços de montes, perto da igreja, em que estão cravadas no chão e erguidas a prumo, muitas pedras altas formando circuito” (Veiga, 1886, p. 294). Esta informação chegou-lhe, porém, já depois de ter percorrido o concelho, em 1877, não tendo então atingido a freguesia de Vaqueiros, como o próprio declara, porque na altura não lhe tinham chegado quaisquer notícias que justificassem a deslocação. Tais informações, pela sua potencial importância, merecem ser futuramente confirmadas, através de reconhecimento de campo.

Também no volume II das “Antiguidades”, ao continuar a caracterização sobre a presença pré-histórica no concelho de Alcoutim, o autor mencionou a obtenção de um machado de pedra polida, comprado “a um camponez na villa de Alcoutim” (p. 416), o qual proviria de um monte contíguo à ribeira do Vascão que corresponde ao limite setentrional do concelho e do Algarve, reproduzindo-o na Est. XXVI, n.º 3. Esta ocorrência encontra-se assinalada na “Carta Archeologica do Algarve”, relativa aos tempos pré-históricos, datada de 1883 e inserta no volume I das “Antiguidades”, publicado três anos depois.

6.2 Idade do Bronze

Ao concelho e freguesia de Alcoutim, reporta-se a necrópole do Vale de Nossa Senhora, referida na correspondência (Documentos n.ºs 6 e 7), classificada como de inumação e da Idade do Bronze (Cf. Veiga, 1886). Na “Carta Archeologica do Algarve”, assinala-se também uma sepultura isolada de incineração da Idade do Bronze, no lugar de Vicentes, freguesia de Pereiro. Esta ocorrência não é, porém, objecto de qualquer análise ou caracterização. Quanto à necrópole do Vale de Nossa Senhora, apesar de o seu estudo ter sido anunciado para o volume II das “Antiguidades” (Veiga, 1886, p. 293), o mesmo só viria a realizar-se no último volume publicado (Veiga, 1891, p. 133).

A localização desta necrópole corresponde ao extremo de uma sequência que acompanha o traçado do rio Guadiana, desde o concelho de Vila Real de Santo António, passando pelo de Castro Marim; segundo o autor, a sua distribuição geográfica apresenta-se em estreita relação com as minas de cobre da região. Os que nelas se encontram tumulados seriam, pois, os exploradores e metalurgistas daquelas mineralizações de cobre. Esta realidade, associada ao facto de os escassos objectos metálicos exumados nas cistas que integram as referidas necrópoles serem, de facto, invariavelmente de cobre, constituiu motivo para o autor situar (em 1891) tais manifestações funerárias na Idade do Cobre, de cuja existência foi acérrimo defensor, contra a opinião generalizada dos arqueólogos da época, com escassas excepções, e não na Idade do Bronze, como anteriormente (1886) tinha admitido.

No caso concreto da necrópole do Vale de Nossa Senhora, localizada em trecho da encosta esquerda da ribeira de Cadavais, que desagua no Guadiana, em Alcoutim, apenas subsiste a informação do tipo de sepulturas – “cistos quadrangulares” – que também encontrou nos topos de diversos cabeços adjacentes, apenas explorados em dois locais: o mencionado e um outro, também em terrenos pertencentes ao então Administrador do concelho de Alcoutim, o Sr. Pedro Teixeira (Veiga, 1891, p. 133) (que na correspondência são imputados ao Secretario da Administração, cf. carta dirigida ao Administrador do Concelho de Alcoutim de 5 de Abril de 1877, Documento n.º 7).

Quanto aos materiais exumados na primeira daquelas explorações, como se conclui da leitura da citada missiva, apenas foi escavada uma sepultura, que continha um recipiente cerâmico; os restantes achados foram efectuados na sequência das explorações solicitadas por Estácio da Veiga, mas já depois da sua passagem pelo concelho de Alcoutim e portanto sem a sua presença, pelo que se afigura inexacta a seguinte afirmação do próprio: “Abri poucas sepulturas em dois d’esses montes (...), sendo todas construídas com lages

toscas de schisto. Continha cada uma d'ellas a competente urna reduzida a pedaços pela pressão da durissima terra de que estavam cheias, e raros pedaços de ossos."

Também em Córtes Pereira, "em serros proximos da mina de antimonio" (*op. cit.*, p. 133), apareceram sepulturas do mesmo tipo, o mesmo se verificando nos montes proximos de Vicentes, bem como ao norte do caminho que liga aquele lugar a Córte Tabelaão; Estácio declara, porém, que nada explorou por aquelas bandas, a não ser uma sepultura.

6.3 Idade do Ferro

Em Martim Longo, a "Carta Archeologica do Algarve" assinala um "monumento ou artefacto isolado da idade do ferro" o qual não se encontra especificado. Trata-se da inscrição bifacial, atribuída por Estácio da Veiga à Idade do Ferro, encontrada perto da igreja paroquial de Martim Longo, que lhe foi enviada pelo seu colaborador já várias vezes antes mencionado, o condutor de obras públicas posto à sua disposição Francisco de Paula Serpa. Encontra-se reproduzida fotograficamente (Veiga, 1891, Est. XXXVIII). V. Correia não se refere a esta epígrafe, no estudo de conjunto de sua autoria (Correia, 1996). De igual modo, ela também não é mencionada no trabalho de Caetano Beirão, apesar de este ter escavado uma sepultura da Idade do Ferro, perto da povoação de Mestras, à qual poderá associar-se uma epígrafe, que publicou, actualmente conservada no Museu Municipal de Olhão; outra, já então existente no Museu Nacional de Arqueologia é dada, sem qualquer outra indicação, como do concelho de Alcoutim (Beirão, 1986). Trata-se certamente da peça enviada para o Museu Ethnologico em Agosto de 1917 pelo secretário da Câmara Municipal de Alcoutim, o Sr. Manuel António Torres (Vasconcelos, 1920, p. 202). Pode, deste modo, depreender-se que o pequeno monólito publicado por Estácio da Veiga de Martim Longo não se integra, para os autores referidos, no conjunto das epígrafes da Idade do Ferro.

6.4 Época romana

Apesar de a época romana ter ocupado boa parte do tempo e dos esforços de Estácio da Veiga, este não chegou a tratar sistematicamente a informação recolhida: a morte surpreendeu-o em plena laboração do volume V das "Antiguidades", tendo os últimos capítulos sido escritos a lápis, nos últimos dias da vida: "Fiel ao seu programma, e firme no seu posto, Estacio morreu pensando na archeologia e no Algarve, que tão querido lhe era !" (Veiga, 1904, p. 204, nota 2). Em sua vida, apenas produziu, sobre a época romana, notas esparsas,

inclusas ao longo dos quatro volumes das “Antiguidades”. No concernente ao concelho de Alcoutim, destacam-se as seguintes:

– no fim do volume I das “Antiguidades”, Estácio da Veiga, ao tratar da presença pré-histórica na freguesia de Vaqueiros, declara: “junto da aldeia também há notícia de sepulturas e construções romanas. O sr. Serpa obteve d’alli uma urna das chamadas de Sagunto com lavor de relevo ornamental, uns medianos bronzes de Claudio I e um denario da familia Porcia (C. CATo), assim como dinheiros arabes dos Al-Mohades e outros de anterior data; o que bem persuade que toda aquella acidentada região, situada entre as grandes ribeiras de Odeleite e da Foupana, fôra occupada por nacionalidades distinctas desde tempos remotissimos.” (Veiga, 1886, p. 296).

– no volume II refere, a propósito das explorações realizadas na *villa* do Montinho das Laranjeiras, o seguinte (p. 487): “Explorando uma *villa* romana no Montinho das Laranjeiras, perto de Alcoutim, no angulo apontado ao noroeste julgo terem estado os ergastulos dos escravos, não só por me parecer que foi aquelle o peor logar do edificio, como porque as casas eram as mais rusticas, sendo as paredes grosseiramente rebocadas, os pavimentos de terra batida, e não haver no alinhamento externo signal algum de soleira de porta; o que me deixou perceber que só para o interior havia communicação.

Tres d’aquellas casas inferiores manifestaram abundantes enterramentos, contendo uma d’ellas nove esqueletos, distribuidos por tres camadas sobrepostas, de modo que os da segunda assentavam sobre os da primeira e os da terceira sobre os da segunda; o que para mim constitue um caso isolado e único, porque em nenhuma outra *villa* romana do Algarve achei enterramentos no interior dos edificios, e por isso estranhei que se tivessem feito nos ergastulos da *villa* do Montinho das Laranjeiras, quando os ergastulos eram umas infectas reclusões apenas arejadas por esguias frestas, para não permittirem que sob os seus pavimentos se dêsse guarida mortuaria aos escravos, que o proprio senhor algumas vezes não queria expôr a certos trabalhos insalubres, preferindo pagar salario a gente estranha para os fazer!

Sabendo-se que a gente livre com residencia nas *villas* era mais geralmente o proprio senhor ou o seu feitor (*procurator*), porque o *villicus*, encarregado de dirigir os trabalhos agrarios, também em algumas era escravo, poder-se-há entender, que os numerosos esqueletos encontrados no Montinho das Laranjeiras, devem representar os escravos d’aquella *villa*, os quaes, além d’isto, são como indicados pela pobreza das sepulturas, pelo modo impiedoso com que foram soterrados uns sobre os outros, pelo logar inferior do edificio que manifestou os enterramentos, por não haver junto de algum dos sepultados uma única moeda de cobre, uma urna ou candeia de barro, um frasco de vidro, ou qualquer outro caracteristico dos jazigos romanos.”

Mais adiante, o autor apresenta o inventário das espécies de mamíferos encontradas, o que revela preocupações explicadas pela formação de carácter técnico-naturalista de Estácio da Veiga, mas que – não tiveram, como se sabe, imediata continuidade nos estudos arqueológicos em Portugal; ao que se crê, trata-se do primeiro inventário faunístico relativo a uma estação romana portuguesa, somados a outros que o autor na mesma altura efectuou. Ali identificou seis dentes molares do género *Bos*; um fragmento de mandíbula e uma porção de armação de *Cervus*; de *Ovis*, identificou um molar isolado; de *Capra*, dois fragmentos de mandíbulas, cada um com um dente pré-molar; e, enfim, do género *Sus*, onze dentes diversos, incluindo alguns caninos da forma selvagem. Conquanto sejam discutíveis em certos casos os critérios seguidos pelo autor, como a classificação no género *Ovis* de um dente isolado, Estácio da Veiga concluiu, acertadamente, terem os habitantes daquela *villa* recorrido, para a sua alimentação, tanto a espécies domésticas – o que não é surpreendente – como ao veado e ao javali, que naqueles serros encontrariam condições propícias para a sua existência (*op. cit.*, p. 593);

– no Monte de Sodes, freguesia de Pereiro, assinala um tesouro de denários consulares (Veiga, 1889, p. 70-72), dos quais conseguiu obter 11; destes, o mais antigo remonta ao século III a.C.

– enfim, no volume IV das “Antiguidades”, refere as grandes construções por si consideradas romanas existentes no Cerro das Relíquias (*op. cit.*, p. 135), por informação do prior de Giões, relacionando-as com as explorações mineiras cujos vestígios valorizou, como adiante se verá. Tais indícios justificaram a inclusão do topónimo, na Carta Arqueológica do Algarve – Tempos Históricos, como povoação extinta ou arrasada e mina ou trabalho antigo com sinal de exploração”.

J. Leite de Vasconcelos, em três números de “O Arqueólogo Português” (o IX, de 1904; o X, de 1905; e o XV, de 1910), publicou parte do que Estácio da Veiga tinha redigido sobre as antiguidades romanas do Algarve, sem referir qualquer ocorrência arqueológica do aro de Alcoutim (Veiga, 1904, 1910); crê-se, contudo que a publicação deveria ter sido efectuada de forma muito mais completa, reproduzindo na íntegra o original, tal o interesse e a qualidade dos escritos de Estácio da Veiga; estranhamente, a referida série foi interrompida por cinco anos, e não foi concluída, pois a última parte termina com a menção “continua”, o que não aconteceu.

Por seu turno, o precioso arquivo de plantas e desenhos permaneceu inédito por muitos anos, até 1972, ano em que foi publicado, acompanhando as peças romanas da colecção arqueológica (Santos, 1971, 1972). Com efeito, anteriormente, apenas tinha sido publicada a listagem das referidas plantas e desenhos, intitulada “Catalogo das plantas dos edificios descobertos na exploração archeologica do

Algarve e dos desenhos de varios monumentos e mosaicos que acompanham as mesmas plantas – 1877 a 1878”, perfazendo um total de 83 peças desenhadas (Machado, 1970). Trata-se de documento inserto a pp. 171-180 do “Catalogo dos monumentos e objectos de arte antiga, descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do districto de Faro, feito desde Março de 1877 até Outubro de 1878, para o levantamento da Carta Archeologica do Algarve, em virtude da portaria de 15 de Janeiro de 1877, por S. P. M. Estacio da Veiga”, com 191 páginas numeradas, de que se conserva uma cópia no arquivo do MNA (Fig. 22). No mesmo artigo, publica-se também o catálogo das fotografias de 40 mosaicos, organizados por Estácio da Veiga em 12 estampas; os mosaicos que pertencem ao concelho de Alcoutim, correspondem aos n.ºs. 38 e 39 e foram reproduzidos neste estudo na Fig. 21, a partir de originais soltos do Arquivo de Estácio da Veiga, certamente cópias que este conservou independentes da organização da colecção de fotografias referida por J. L. Saavedra Machado.

A obra de Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos tem maior interesse para o conhecimento das investigações de Estácio da Veiga no âmbito da arqueologia romana do Algarve, sumarizadas de forma concisa e objectiva na obra monumental de Jorge de Alarcão (Alarcão, 1988) por reproduzir as plantas e os desenhos, até então inéditos, organizados por Estácio da Veiga.

No que respeita ao concelho de Alcoutim, a autora inventaria os seguintes sítios, identificados e explorados por Estácio da Veiga, ou por António de Paula Serpa: – Álamo: as estruturas romanas exploradas por Estácio da Veiga em 1877 encontram-se representadas em planta, marcada com o n.º 8 (Santos, 1972, Fig. 354), a qual possui a seguinte legenda manuscrita por Estacio da Veiga: “CONCELHO DE ALCOUTIM Planta de uns edificios romanos explorados no sitio do ALAMO, contendo sepulturas com ossos, urnas d’argilla e fragmentos de tres estatuas de marmore, indicando a NNE e as (sic) uns cem metros de distancia um campo mortuario com enterramentos por incineração e a SO em distancia de 90 m uma represa que atravessa o barranco da fornalha. Levantada em 1877 sob a direcção de S. P. M. ESTACIO DA VEIGA”.

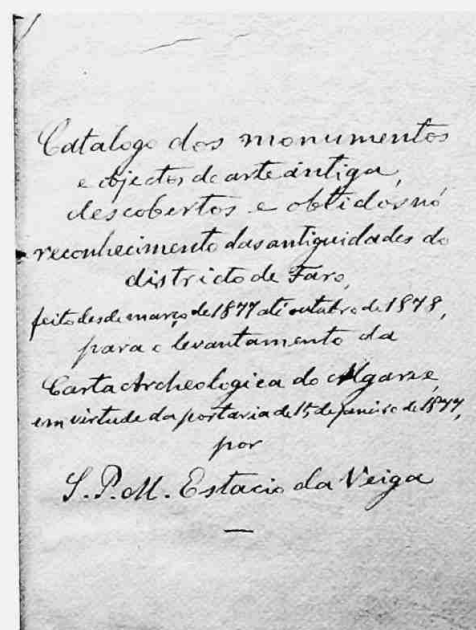


Fig. 22 – Documento n.º 15: página de rosto (pormenor) do inventário dos materiais arqueológicos recolhidos ou identificados no distrito de Faro por Estácio da Veiga até Outubro de 1878. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

Trata-se de um conjunto de compartimentos de planta rectangular, com dois tanques. É dali que provém o pavimento constituído por pequenos tijolos, dos quais se recuperaram mais de “três centos e meio”, referido na correspondência que agora se publica (Documento n.º 9 e Fig. 17). Tal pavimento revestia o fundo de um de dois tanques contíguos, A e A', denominados por “officina” na planta acima referida. Próximo, obteve o pioneiro da arqueologia algarvia, em outro conjunto arquitectónico, designado por B e B', talvez um templo, com sepulturas romanas escavadas no pavimento, dois fragmentos da estátua de Apolo mencionada na dita correspondência, conjuntamente com duas outras esculturas de mármore incompletas, cujo paradeiro se desconhece (a correspondência refere-as, bem como a legenda da planta acima transcrita, mas encontram-se omissas no Inventário redigido por Estácio da Veiga (Documento n.º 14) nem voltaram a ser objecto de quaisquer outras referências em nenhum dos inventários sobre escultura romana em Portugal).

Sem localização na planta, são de mencionar os fragmentos de estuque pintado que constam do Inventário (Documento n.º 14), os quais denotam construção de importância, talvez a mesma de onde provieram as estátuas referidas.

A estátua romana de Apolo foi objecto de sucessivas descrições, por parte de diversos autores, como anteriormente se referiu. Trata-se de peça de mármore branco com 1,62 m (ou 1,69 m, segundo outros autores), de origem artística incerta (Alarcão, 1973, p. 201). Trata-se de peça importante, não só pela qualidade plástica da produção, mas também por denotar o culto a esta divindade romana, raro no sul de Portugal (Encarnação, 1984, p. 791). É de mármore branco, do período hadriano-antonino (Souza, 1990). Este autor e outros são concordantes na hipótese de imitação de protótipo policletense, afigurando-se semelhante ao Diadúmeno de Delos (Vasconcelos, 1913, p. 235; Garcia y Bellido, 1949, p. 81).

A cerca de 90 m de distância para SW, é indicada uma barragem romana, de alvenaria e com vários contrafortes a jusante, estudada mais recentemente (Quintela, Cardoso e Mascarenhas, 1987). Enfim, a cerca de 10 m para NNE dos dois conjuntos arquitectónicos levantados em planta, identificou-se uma necrópole de incineração com abundante espólio. É interessante notar que parte dos edifícios se encontravam sobrepostos pela “estrada velha de Castro Marim para Alcoutim”, como se assinala na planta, a qual inclui ainda a planta e alçado da referida barragem romana, e os esboços do pavimento de tijolos e da estátua atrás referidos.

– Montinho das Laranjeiras: sítio com muitos vestígios romanos, explorados por Estácio da Veiga. A planta levantada das ruínas evidencia a complexidade arquitectónica do conjunto posto a descoberto parcialmente pelas cheias do

Guadiana do final de 1876 – que, relembre-se, estiveram na origem da missão de Estácio da Veiga – as quais, em vida, apenas dedicou as considerações que acima se transcreveram. Trata-se de uma *villa* romana, constituída por numerosos compartimentos, de planta reticulada, cujos alicerces se observavam a aflorar o solo (Santos, 1972, p. 374), alguns deles contendo mosaico, cujos fragmentos já se referiram atrás. A planta do conjunto edificado, publicada pela referida autora, levantada por Estácio da Veiga, tem a seguinte legenda: “CONCELHO DE ALCOUTIM MONTINHO DAS LARANJEIRAS Planta de uma villa romana, parcialmente explorada em 1877, por S. P. M. Estacio da Veiga”.

De entre o abundante espólio arqueológico exumado, reproduz-se, na Fig. 16 algumas peças, com base em fotografias originais mandadas executar por Estácio da Veiga. Parte dos objectos foram estudados por diversos autores, tal o interesse que despertaram, citados na obra em apreço (Santos, 1972, p. 373 e seg.). Assim, Hübner e Borges de Figueiredo, transcrevem uma inscrição romana, hoje extraviada, muito incompleta e por isso de significado duvidoso, posição não alterada por J. d' Encarnação, considerando-a de significado honorífico (Encarnação, 1984); Mesquita de Figueiredo estudou objectos metálicos, relacionados com a pesca; Luís Chaves, publicou os fragmentos de mosaicos acima referidos; Hübner, Bairrão Oleiro e Nunes Ribeiro estudaram ou mencionaram marcas de oleiro em *terra sigillata* ali recolhidas; A. Aurélio da Costa Ferreira estudou recipientes especiais, com saída para líquidos, considerados erradamente como púnicos ou de origem púnica (Santos, 1972, p. 376 e Fig. 362); enfim, de J. Leite de Vasconcelos é o artigo intitulado “Objectos arqueológicos de Alcoutim” (Vasconcelos, 1920), no qual se publica ferramenta de ferro, reproduzida por Estácio da Veiga (Fig. 20), comparável a outra obtida pelo autor do referido artigo em 1908, quando visitou o concelho de Alcoutim.

No conjunto, os materiais mais antigos recolhidos mostram que a fundação da *villa* remonta ao século I a. C.

A *villa* romana do Montinho das Laranjeiras foi objecto de novos trabalhos arqueológicos no decurso da última década (Maciel, 1996, 2000). O autor reescavou o edifício com planta cruciforme, considerado por Estácio da Veiga como ergastulo de escravos, onde, ao que supôs, alguns deles teriam sido enterrados, conforme a transcrição acima apresentada, encontrando-se assinalado na respectiva planta com as letras A e B. Os fragmentos de mosaicos acima referidos provêm, como se refere na respectiva legenda, de uma “Piscina com 0,6 de larg. 1 m de comp. e 0,60 de prof aberta n'um pavimento de mosaico ornamentado de peixes”, situada no prolongamento NE de um dos braços do referido edifício: são as “casas de banho” mencionadas no Inventário de Estácio da Veiga (Documento n.º 14).

Um deles possui a representação de um peixe-agulha, outro a figura de um vaso (Fig. 21).

Observando a planta de Estácio da Veiga, verifica-se facilmente que esta unidade arquitectónica ocupa a periferia do todo edificado; trata-se, portanto, de um acrescento à *villa*, na sua parte mais baixa, a apenas 40 m do rio. A planta cruciforme indica claramente uma *ecclesia* paleocristã, conforme primeiramente foi observado por T. Hauschild, situando-a nos finais do século VI/inícios do século VII d.C. (Hauschild, 1995). Tal opinião foi subscrita por M. J. Maciel, atribuindo-a à época de ocupação bizantina da região. A reescavação da *ecclesia*, efectuada por este último autor, na década de 1990, permitiu relacionar a piscina forrada a mosaico com o *baptisterium* do templo, no qual ocupava o centro. A entrada primitiva daquele fazia-se pelo braço NE (Maciel, 1996, p. 94), sugestivamente voltada para o Guadiana, para acolher todos aqueles que viajavam, então com grande frequência, pelo rio. Outros restos de mosaico encontrados no decurso das últimas escavações no chão da *ecclesia*, permitem supor que aquele seria primitivamente extensivo a todo o seu interior. Numa segunda fase de utilização da igreja, além de pequenas remodelações arquitectónicas, incluindo a descoberta de um fragmento de imposta (já visigótica tardia ou mesmo moçárabe), foram abertas diversas sepulturas antropomórficas, quer no substrato xistoso, quer directamente sobre o chão de mosaico. Trata-se provavelmente das sepulturas escavadas por Estácio da Veiga e por este atribuídas a escravos, por serem desprovidas de qualquer espólio (facto que, na verdade, se deve ao carácter cristão dos enterramentos). A hipótese, admitida por Hauschild e Maciel, de a *villa* romana ter sido transformada em um mosteiro, estreitamente relacionado com o funcionamento da igreja, é suportada por diversos argumentos aduzidos das escavações ali efectuadas (Maciel, 1996, p. 99). Contudo, o seu funcionamento terá cessado no decurso do século VIII d.C., como sugere a ausência de quaisquer outras modificações arquitectónicas na igreja ulteriores ao século VII d.C. Data desse período (tardo-romano/visigótico) o conjunto cerâmico representado pelos exemplares mandados fotografar por Estácio da Veiga (Fig. 16), e por ele considerados da época muçulmana. Contudo, se tal classificação se afigura hoje errónea, as escavações realizadas no Montinho das Laranjeiras na década de 1990, permitiram recolher diversos fragmentos daquela época, os quais remontam ao século VII/VIII e se prolongam até aos séculos X/XI (Coutinho, 1993).

O aludido abandono e eventual destruição deste núcleo paleo-cristão poder-se-ia conotar com a presença omíada, na segunda metade do século VIII, “em que são destruídas igrejas cristãs em Toledo, Mérida e Beja” (Maciel, 1996, p. 100). Este autor prosseguiu ulteriormente as escavações em outros locais da vasta

área ocupada por ruínas, tendo identificado diversos aparelhos construtivos, entre eles a taipa; ficou por esclarecer, contudo se tais estruturas correspondiam a sucessivas e tardias transformações da *villa*, desde o século I a.C., ou, em alternativa, se se poderiam relacionar com a sua adaptação a mosteiro (Maciel, 2000, p. 125).

Em suma: Estácio da Veiga, foi o primeiro arqueólogo a aplicar-se à escavação metódica de uma *villa* romana em Portugal (conjuntamente com a do Álamo), tendo sido, por essa via, o descobridor e primeiro explorador de uma *ecclesia* paleocristã (a que se seguiria a escavação da basílica de Mértola, também por si dirigida), monumento ímpar para o conhecimento da arquitectura religiosa em Portugal da Alta Idade Média, bem como da influência bizantina que denota, cuja importância só muito recentemente foi devidamente valorizada.

Outros locais do concelho de Alcoutim inventariados por M. L. E. V. Affonso dos Santos e referenciados por Estácio da Veiga na sua Carta Arqueológica do Algarve – Tempos Históricos, publicada por J. Leite de Vasconcelos (Veiga, 1910), são os seguintes:

– Cortes Pereiras: sítio indicado na referida Carta como possuindo um monumento epigráfico romano e vestígios antigos de mineração: a ambos já se fez referência. A peça, de mármore cinzento do tipo Trigaches – uma ara funerária – é a que se menciona na correspondência, cujo peso, para cima de 800 kg, impediu à época sua remoção (Documento n.º 8 e 9). O monumento encontra-se reproduzido no desenho n.º 50 do Catálogo de Estácio da Veiga (Santos, 1972, Fig. 366), tendo sido executado por um seu colaborador J. F. Tavares Bello, em 21 de Maio de 1878, mais de um ano após a passagem de Estácio da Veiga pelo concelho de Alcoutim, sob o título seguinte: “Concelho de Alcôutim CORTES PEREIRAS Monumento encontrado na ermida velha de S. Martinho em Cortes Pereiras onde ocupa o angulo de leste, invertido, (...) enterrado e com o letreiro voltado para o muro. Parece ter sido assim collocado para que a base servisse de mesa = Dimensões = Altura 1,50 m= largura na frente 0,50 – aos lados 0,35”. Como elementos decorativo-simbólicos, ostenta um frontão arredondado e, nas faces do fuste, um jarro com asa e uma pátera com o cabo para baixo, respectivamente do lado esquerdo e direito. A respectiva epígrafe foi estudada sucessivamente por Hübner, Scarlat Lambrino e, mais modernamente, por J. d’Encarnação.

Com o número de inventário E 5298, do MNA, a lição apresentada no estudo mais recente sobre a epígrafe é a seguinte: “Consagrado aos deuses Manes. Aqui jazem os dois Lúcius Ânios, filhos de Públio, de oitenta e cinco anos (Encarnação, 1984, 1, p. 149-150). Comentando o significado da inscrição o autor declara:

“(…) trata-se de epitáfio de dois irmãos, que morreram com avançada idade. Cremos, efectivamente, ser este um dos casos nítidos em que o número de anos não pode ser entendido rigorosamente: 85, aqui, significa de preferência idade provecta, arredondada em lustros.”

– Martim Longo: a importância deste lugar, como centro da viação romana do Alto Algarve oriental (Viana, 1960, p. 116), relaciona-se por certo com o escoamento dos minérios obtidos na exploração das minas de cobre existentes nas proximidades, adiante mencionadas; na Carta Arqueológica do Algarve – Tempos Históricos ali se assinala um “cemitério de inumação”.

6.5 – Época muçulmana

A Carta Arqueológica do Algarve – Tempos Históricos faz menção a duas ocorrências no concelho de Alcoutim: uma delas, situa-se na própria povoação de Alcoutim. Ainda que não se encontre expresso, o sítio poderá corresponder a torre implantada no local hoje ocupado pelo castelo. Com efeito, embora a sua situação estratégica possa justificar, na época romana, interessante papel na rede viária (Viana, 1960, p. 216), a verdade é que nada prova, por achados arqueológicos, que alguma vez ali tenha existido fortaleza ou torre romana, conforme se admitiu (Santos, 1972, p. 383-384); Estácio da Veiga assinalou também uma “torre destruída da época árabe”, desconhecendo-se contudo quais os critérios em que se baseou; por achados recentes efectuados no próprio castelo (escavações de Helena Catarino) confirmam aquela presença, a menos que Estácio da Veiga estivesse a referir-se ao “Castelo Velho”, importante sítio muçulmano situado no topo da elevação do lado oposto da ribeira de Cadavais, o qual ainda aparece representado por Duarte d’Armas.

Outro local assinalado na Carta Arqueológica do Algarve – Tempos Históricos é o Montinho das Laranjeiras, reportado a descoberta de achado isolado. Com efeito, as escavações ali recentemente efectuadas, a que já anteriormente se fez referência, confirmam a presença islâmica naquela importante *villa* romana.

6.6 – Época portuguesa

Conquanto a Carta Arqueológica do Algarve – Tempos Históricos não inclua a inventariação de sítios ou materiais da nacionalidade, sabe-se que, nalguns casos, tais testemunhos não passaram despercebidos a Estácio da Veiga, pelo menos no concelho de Alcoutim; talvez ulteriormente lhes tenha deixado de dar importância, tal a sua quantidade e, sobretudo, as dificuldades de obtenção de alguns deles, como bem provam as reservas à extracção de uma pedra com as armas reais portuguesas do tempo de D. Afonso VI, datada de 1661, manifestadas pelas autoridades locais de Alcoutim (Documento n.º 8).

Com sucesso, porquanto o referido padrão ainda se conserva na vila, embutido no paredão do cais do Guadiana.

6.7 – Ocorrências de idade indeterminada

Nesta rubrica incluem-se as “minas com trabalho antigo” e as “fundições antigas, denunciadas por escórias metálicas”, assinaladas na Carta Arqueológica do Algarve – tempos pré-históricos (Veiga, 1886). Trata-se de ocorrências a que Estácio da Veiga deu particular atenção, não só pela sua potencial valia como indicadores arqueológicos, mas também na qualidade de engenheiro de minas, encontrando-se, assim, particularmente apto a identificar e valorizar tais vestígios; em princípio, os indicados na referida Carta são antigos, mas nem todos, como adverte o seu autor, se podem considerar de origem pré-romana.

À segunda categoria (fundições antigas denunciadas por escórias metálicas) pertencem os sítios do Serro das Ferrarias (freguesia de Martim Longo) e Monte das Ferrarias, Herdade da Malhada e Serro da Pedra e da Galinha, todos da freguesia de Vaqueiros.

As minas com exploração antiga existentes no concelho de Alcoutim, são as seguintes (Veiga, 1889, p. 65-79; 1891, p. 110): Forra Merendas, Cova dos Mouros e Serro das Pedras e da Galinha, na freguesia de Vaqueiros; Aroeira (acima designada por Daroeira) e Laborato, na freguesia de Martim Longo. Na Carta Arqueológica do Algarve – Tempos Históricos, assinala estas ocorrências, associando-as por vezes a achados de objectos isolados: é o caso da mina da Cova dos Mouros (recentemente musealizada e explorada turisticamente) e da mina de Daroeira, na qual assinala, para além de escoriais antigos, a descoberta, ao desentulhar uma galeria, de um denário de Antonino Pio (Veiga, 1889, p. 68-69).

Estácio da Veiga sublinha a importância da exploração das minas de cobre do Alto Algarve oriental e, em particular, as identificadas no concelho de Alcoutim, nas freguesias de Vaqueiros, Martim Longo, Giões, Pereiro e Alcoutim, no povoamento pré-histórico daquele trecho do território, de forma expressiva: “Ora, quanto todo aquelle agreste escampado chega a parecer improprio para repouso de mortos, como poderia ter sido habitado por vivos, se um interesse local não os tivesse attrahido!” (Veiga, 1891, p. 134).

7. CONCLUSÕES

Os escassos dezoito ou dezanove dias (contando com o da chegada e o da partida) que Estácio da Veiga permaneceu em Alcoutim – de 10 a 28 de Março de 1877 – permitiram-lhe reunir um notável conjunto de materiais e de informações

arqueológicas de terreno. Tais resultados só foram possíveis mediante a rentabilização máxima do escasso tempo disponível; com efeito, a correspondência prova que conseguiu com êxito o apoio, tanto logístico como institucional, das autoridades locais e regionais – Governador Civil do Distrito de Faro, Director das Obras Públicas do Distrito e Administrador do concelho de Alcoutim – no sentido de lhe serem facultados os meios necessários ao desempenho da missão oficial de que estava incumbido. Foram, igualmente, mobilizadas as individualidades locais – com destaque para os párocos das freguesias do concelho – susceptíveis de fornecerem informações mais consistentes, as quais, sempre que no entender do arqueólogo se justificava, eram depois por si pessoalmente avaliadas. Com efeito, da correspondência ora publicada, parece transparecer a estratégia de Estácio da Veiga tomar Alcoutim como centro da sua actuação, deslocando-se aos diversos lugares só após ter recebido indicações seguras sobre o real interesse dos achados, ou, nesta impossibilidade, de obter por pessoas idóneas, residindo perto dos locais em causa, informações mais precisas sobre os mesmos. A escolha de Alcoutim justifica-se, também, por se encontrar junto ao Guadiana, o que lhe permitia uma fácil deslocação diária até ao Montinho das Laranjeiras ou ao Álamo, locais onde efectuou explorações mais prolongadas. Sem dúvida que para o êxito destas muito terá concorrido a ajuda do condutor de obras públicas posto ao seu serviço, António de Paula Serpa, que, na sua ausência, prosseguiu as explorações naqueles locais.

Faltou-lhe tempo para mais detalhadas explorações: foi o caso da necrópole de cistas da Idade do Bronze do Vale de Nossa Senhora, próximo de Alcoutim, de que presenciou apenas a abertura de uma das sepulturas. Esta realidade explica, também, a evidente escassez de testemunhos registados nas zonas interiores, mais afastadas da sede do concelho.

Como seria de esperar, os testemunhos reunidos dos tempos pré-históricos foram os mais escassos, por serem também os de mais difícil identificação no terreno, exceptuando algumas das grandes antas com esteios de grauvaque, existentes na zona mais meridional do concelho as quais, pelas razões acima apontadas, não chegaram ao seu conhecimento.

O défice de informação seria seguramente minorado se tivesse prolongado a estadia em Alcoutim por mais algum tempo. É, com efeito, muito sugestiva a menção a monumentos megalíticos na área de Vaqueiros, por informação do prior da freguesia, cujo potencial interesse foi por si reconhecido, bem como a alusão a numerosos núcleos de cistas da Idade do Bronze, que não teria deixado de explorar.

Estácio da Veiga atingiu, no entanto, o principal objectivo que o levou a Alcoutim, e que era a exploração do Montinho das Laranjeiras. A vasta área ocupada por estruturas que pôs a descoberto, bem como os materiais que recolheu,

só por si justificavam os apoios disponibilizados e os esforços dispendidos. Esta foi a primeira *villa* romana a ser metodicamente explorada e devidamente registada em planta, em Portugal, a par da do Álamo, situada nas proximidades; apesar do pouco que delas publicou, o cuidado e o rigor do seu trabalho encontra-se evidenciado pelas plantas levantadas, bem como pelas curtas observações por si ainda publicadas, incluindo o inventário dos restos de mamíferos recolhidos, constituindo os primeiros estudos no seu género feitos em Portugal, para a época romana.

Na abordagem multidisciplinar que Estácio da Veiga evidencia neste e noutros estudos, revelava-se a sua formação científica. Compaginava-se nela a vertente naturalista, a par da sua especialidade de engenharia de minas, conferindo-lhe competências tanto no domínio das ciências exactas como naturais. Tal base científica permitiu-lhe valorizar adequadamente os vestígios de mineração antiga, que a par e passo ia encontrando, dispersos pelo concelho, bem como os seus dotes de observação. A importância económica que atribuiu a tais vestígios, permitiu-lhe compreender os principais traços do povoamento, desde os pré-históricos, aos de época romana, enquadrando-os em tal realidade económica. Por outro lado, a dupla formação de naturalista e de engenheiro, afastava-o, definitivamente, da “moda” mais ou menos estéril e especulativa do coleccionador-antiquário, que fervilhava, à época, entre os cultores da antiguidade clássica em Portugal. As bases científicas com que procurava interpretar os testemunhos arqueológicos que ia descobrindo explica, ainda, o sucesso inquestionável do seu trabalho e, por outro, o desinteresse que, a partir de 1875, votou à precocemente envelhecida “Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, dela se desligando nesse ano: o seu espírito rigoroso e crítico (tão bem evidenciado em inúmeras passagens das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”) servido pela sua formação, sempre aberto ao confronto de ideias, mas com o pleno domínio da bibliografia da época, não se coadunava com a mentalidade ali dominante mais, literata e artística que científica.

No entanto, a importância museológica de alguns dos monumentos que recolheu seria suficiente para satisfazer o mais exigente coleccionador de antiguidades que Estácio da Veiga estava longe de ser: é o caso da admirável escultura de Apolo, do Álamo, cujo torso jazia no cais de Alcoutim, para onde tinha sido removido desde o local de descoberta, no final de 1876. Fragmentos de mosaicos, numerosos materiais cerâmicos e metálicos, restos de estuques pintados e inscrições romanas, completavam o rico espólio arqueológico recolhido no concelho de Alcoutim, o primeiro que reconheceu, no âmbito do trabalho que lhe fora oficialmente cometido a 15 de Janeiro de 1877: o levantamento da Carta Arqueológica do Algarve.

Os resultados obtidos explicam a satisfação expressa, em carta ao Director Geral da Instrução Pública, seu amigo e protector, o Conselheiro de Estado José Maria de Amorim, prenunciando os notáveis resultados que viria a obter ulteriormente, seguindo a mesma metodologia, tanto no sotavento como no barlavento algarvios.

O êxito alcançado explica, também, a incomodidade que alguns dos seus confrades sentiam perante a avalanche de descobertas e de resultados, obtidos em tão curto espaço de tempo, resultantes de apoios talvez julgados excessivos, em tempos de “governo económico”: daí à incompreensão, senão mesmo à inveja, seguida de um rosário de dificuldades e de dissabores por que passou, foi um ápice. A umas e a outros, teve ainda Estácio da Veiga ânimo e coragem para enfrentar, muitas vezes em tom dasafiador, mas jamais subserviente, até ao fim da vida, no respeito pelo programa previamente traçado, que conduziria à constituição de um grande museu das antiguidades nacionais (que depois viria a advogar de âmbito estritamente regional e algarvio). Mas esse é já assunto que se deixará para outro estudo...

AGRADECIMENTOS

Ao Director do Museu Nacional de Arqueologia, Senhor Dr. Luís Raposo, bem como à Senhora Dr.^a Lúvia Cristina Coito, responsável pelo Arquivo, pela autorização e facilidades concedidas ao acesso e estudo do espólio documental de Estácio da Veiga, ora publicado. À Câmara Municipal de Alcoutim, na pessoa do seu Presidente, Senhor Dr. Francisco C. Amaral, pelo interesse e apoio que têm dispensado às actividades arqueológicas desenvolvidas pelos signatários no concelho de Alcoutim, no quadro das quais se inscreve o presente trabalho.

Por último, é devido um particular agradecimento à senhora Dr.^a Ana Ávila de Melo, pelo interesse e empenho com que acompanhou a execução deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. de (1973) – *Portugal romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

ALARCÃO, J. de (1988) – *Roman Portugal. Gazetteer, Vol. 2, Fasc. 3 Évora, Faro & Lagos*. Warminster: Aris & Phillips, Ltd.

BEIRÃO, C. de Mello (1986) – *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal (I' Âge du Fer)*. Paris: De Boccard.

CATARINO, H. (1997-1998) – *O Algarve oriental durante a ocupação islâmica – povoamento*

rural e recintos fortificados. Loulé: Câmara Municipal de Loulé (Al-Ulya, 6, 1/2/3).

CORREIA, V. H. (1996) – *A epigrafia da Idade do Ferro do sudoeste da Península Ibérica*. Porto: Edições Etnos (Patrimonium/Arqueologia - 1).

COUTINHO, H. (1993) – Cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras. *Arqueologia Medieval*. Porto. 2, p. 39-54.

ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. Vol. 1.

GARCÍA Y BELLIDO, A. (1949) – *Esculturas romanas de España y Portugal*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Vol. 1 (Texto); Vol. 2 (Láminas).

GONÇALVES, V. S. (1979) – A Carta Arqueológica do Algarve. Estratégias e perspectivas. *CLIO*. Lisboa. 1, p. 99-115.

GONÇALVES, V. S. (1980) – *Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal (1880-1891)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. (Clássicos da Historiografia Portuguesa / Opúsculos; 3).

HAUSCHILD, T. (1995) – Transformação no campo da baixa romanidade em Portugal.. In *Actas IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: Universitat de Barcelona; Universidade Nova de Lisboa. p. 377-382.

MACHADO, J. L. Saavedra (1970) – Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da Arqueologia do Algarve. 1- Catálogo de plantas desenhos e mosaicos. In *Actas I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 335-385.

MACIEL, M. Justino (1996) – *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Edição do Autor.

MACIEL, M. Justino (2000) – Do romano ao medieval. A villa do Montinho das Laranjeiras (Algarve). Escavações de 1994. *Arqueologia*. Porto. 25, p. 121- 136.

PEREIRA, M. L. E. V. A. S. Silva (1981) – O Museu Archeologico do Algarve (1880-1881). Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no século XIX. *Anais do Município de Faro*. Faro. Separata de 219 p.

QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J. L. & MASCARENHAS, J. M. (1986) – *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território.

SANTOS, M. L. E. V. Affonso (1970, 1971) – *Arqueologia romana do Algarve (subsídios)*. 2 vols. (vol. 1, 1971; vol. 2, 1972). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SANTOS, M. L. E. V. Affonso (1997) – Estácio da Veiga, a Carta Arqueológica e o Museu do Algarve. In BARATA M. F., coord. – *Noventa séculos entre a Terra e o Mar* (.). Lisboa: Instituto Português do Património Arqueológico. p. 21-43.

SOUZA, V. de (1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani. Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

SOUZA-HOLSTEIN, Marquês de (1875) – *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal a organização dos museus e o serviço dos monumentos historicos e da Archeologia*. Lisboa: Imprensa Nacional.

TORRES, C.; MACIAS, S. (1993, coord.) – *Museu de Mértola. Basílica paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico.

VASCONCELOS, J. Leite de (1913) – *Religiões da Lusitania*, Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. Leite de (1920) – Objectos arqueológicos de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 198-202.

- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1866) – *Povos balsenses. Sua situação geographica indicada por dois monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1875) – Duas palavras em memoria do principe dos archeologos A. de Caumont (elogio lido em sessão publica e solemne de 6 de Maio de 1875, pelo antigo socio S. P. M. Estacio da Veiga). *Boletim Architectonico e de Archeologia*. Lisboa. 7, p. 96-100.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1879) – *Antiguidades de Mafra. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typographia da Academia. Separata de 115 p.
- VEIGA, S. P. M. Estacio da (1880) – *A tabula de bronze de Aljustrel lida, deduzida e comentada em 1876. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typographia da Academia. Separata de 60 p.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1880) – *Memoria das antiguidades de Mertola observadas em 1877 e relatadas por S. P. M. Estacio da Veiga*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1886, 1887, 1889 e 1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 4 vols.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1904) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. O Arqueólogo Português*. Lisboa. 9, p. 200-210.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1905) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. O Arqueólogo Português*. Lisboa. 10, p. 6-14; 107-119.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1910) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15, p. 209-233.
- VIANA, A. (1960) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. VIII – Comunicações viárias. *Arquivo de Beja*. Beja. 17:1/4, p. 212 – 221.